

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

BRUNA ABATTI CHAFFE

A DITADURA MILITAR NO BRASIL E O CONTROLE DA INFORMAÇÃO:
relatos de censura nas bibliotecas da UFRGS

Porto Alegre
2009

BRUNA ABATTI CHAFFE

A DITADURA MILITAR NO BRASIL E O CONTROLE DA INFORMAÇÃO:
relatos de censura nas bibliotecas da UFRGS

Trabalho de conclusão do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realizado durante o 2.º semestre de 2009 e apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.^a Me. Marlise Maria Giovanaz

Porto Alegre
2009

FOLHA DE APROVAÇÃO

BRUNA ABATTI CHAFFE

A DITADURA MILITAR NO BRASIL E O CONTROLE DA INFORMAÇÃO:
relatos de censura nas bibliotecas da UFRGS

Trabalho de conclusão do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realizado durante o 2.º semestre de 2009 e apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Me. Marlise Maria Giovanaz – UFRGS

Prof.^a Me. Maria do Rocio da Teixeira – UFRGS

Prof.^a Dr.^a Lizete Dias de Oliveira – UFRGS

Agradeço primeiramente aos meus pais, por me terem garantido as condições necessárias à realização dos meus estudos;

Ao meu namorado, Luís, pelo apoio incondicional e paciência;

À Prof.^a Marlise, por acreditar no potencial desta proposta e encarar comigo o desafio;

E última e especialmente às bibliotecárias Jussara Santos e Evangelina Veiga, por me terem concedido as entrevistas e possibilitado, assim, a concretização deste trabalho.

RESUMO

A presente pesquisa investigou as estratégias de controle da informação armazenada nas bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), durante o regime militar brasileiro de 1964 a 1985. Analisou o funcionamento das bibliotecas durante esse período, a indexação dos assuntos quanto a palavras com forte sentido político ou moral e as formas de resistência do bibliotecário. O trabalho abordou, através de sua contextualização, a ditadura em seu sentido geral com seus conceitos e suas tipologias, a Guerra Fria, a ditadura militar na América Latina e no Brasil, uma pequena menção à ditadura e às universidades, e a ditadura e a circulação de ideias proibidas. Nos apontamentos teóricos, foram apresentadas definições sobre censura e informação, descrevendo a biblioteca universitária no Brasil e o papel do bibliotecário frente à censura. O estudo realizado foi de caráter qualitativo, através da história oral. A coleta de dados foi efetuada através de duas entrevistas com perguntas abertas. A análise dos dados observou aspectos como validade, relevância, especificidade e clareza, profundidade e extensão.

Palavras-chave: Censura. Informação. Biblioteca. Ditadura militar no Brasil

ABSTRACT

This paper investigated the strategies of control on stored information in the libraries of UFRGS during the Brazilian military regime, from 1964 to 1985. It analyzed the library operation on that time, the indexation of subjects regarding words with strong political or moral sense, and the librarian's ways of resistance. This paper also dealt with dictatorship, through its contextualization, in its general sense with its concepts and typologies, the Cold War, the military regime in Latin America and in Brazil, a brief mentioning to dictatorship and colleges, as well as dictatorship and circulation of prohibited ideas. On the theoretical notes it was presented the definitions of censorship and information, describing the university library in Brazil and the role of the librarian in face of censorship. The research was carried out through a qualitative case study, by oral storytelling. Data collection was performed with an open-question interview. Data analysis paid attention to aspects such as validity, relevance, specificity and clearness, profundity and extension.

Keywords: Censorship. Information. Library. Military dictatorship in Brazil.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	OBJETIVOS	9
3	HISTÓRICO	10
3.1	CONTEXTUALIZAÇÃO	10
3.1.1	Ditadura: Conceitos e Tipologias	11
3.1.1.1	<i>Conceitos</i>	11
3.1.1.2	<i>Tipologias</i>	11
3.1.2	A Guerra Fria	13
3.1.3	Ditaduras na América Latina	15
3.1.4	Ditadura Militar no Brasil	16
3.1.5	A Ditadura Militar e as Universidades	18
3.1.6	A Ditadura Militar e a Circulação de Ideias Proibidas	20
4	APONTAMENTOS TEÓRICOS	23
4.1	CENSURA	23
4.2	INFORMAÇÃO	25
4.3	BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	25
4.4	O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO NA DITADURA MILITAR	27
5	METODOLOGIA	30
5.1	TIPO DE ESTUDO	30
5.2	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	31
5.3	ANÁLISE DOS DADOS	31
6	RELATOS DE CENSURA	32
6.1	PERFIL	32
6.1.1	Jussara Pereira Santos	32
6.1.2	Evangelina de Azevedo Veiga	32
6.2	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	33
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
	REFERÊNCIAS	41
	ANEXO A – ENTREVISTA COM JUSSARA SANTOS	44
	ANEXO B – ENTREVISTA COM EVANGELINA VEIGA	54
	ANEXO C – ROTEIRO GERAL DE PERGUNTAS	61

1 INTRODUÇÃO

Pode-se dizer que sempre houve e há até os dias de hoje uma relação profunda entre o poder exercido pelo Estado e a ação sobre as bibliotecas, que limita o acesso à informação, já que estas são repositórios do saber, onde diversas ideias sobre o mesmo assunto, ou não, se relacionam e discordam entre si. Na biblioteca, o conhecimento é diversificado; ele não é padrão, uniforme. Ele não se reduz a uma única “verdade” ou “razão” pela qual são caracterizados os regimes totalitários, onde a liberdade de opinião e pensamento que reside nos livros não tem espaço nem vez. Essa necessidade de restringir o acesso ao conhecimento produzido pode ser justificada de muitas formas e advém de diversas fontes de legitimidade, como a institucional. E é através, principalmente, dos regimes não-democráticos que percebemos com maior ênfase a preocupação em dificultar o acesso à informação, dispondo o governo de inúmeros meios legalizados para a sua proibição.

Nesse sentido, a pesquisa apresentada investigou a rotina de algumas bibliotecas da Universidade durante o regime militar (1964-1985), para saber como se deu, por parte do Estado, um controle da informação armazenada, e como esse controle, se existiu, interferiu no dia-a-dia da biblioteca, em suas atividades e, em consequência, em seus usuários.

Este trabalho acadêmico adotou a abordagem qualitativa como método de pesquisa. Através do método proposto pela história oral efetuaram-se duas entrevistas: a primeira, com a bibliotecária Jussara Pereira Santos, principal responsável pela criação do sistema de bibliotecas da UFRGS, bibliotecária da Biblioteca Central e também professora universitária da mesma instituição; a segunda entrevista foi realizada com a bibliotecária da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul e professora universitária da mesma universidade, Evangelina de Azevedo Veiga. Neste caso, a entrevista procurou abordar a sua experiência como professora universitária da UFRGS na área da biblioteconomia uma vez que tomou posse num período considerado conturbado, que foi o ano de 1968, quando da instauração do Ato Institucional n.º 5 que expurgou as poucas liberdades individuais que ainda existiam.

A primeira seção é a própria introdução do trabalho, abordada no presente momento, que relata resumidamente o conteúdo exposto no trabalho.

A segunda seção trata da justificativa para a realização da pesquisa e a contextualização que abordou a ditadura com seus conceitos e tipologias, a Guerra Fria e a sua divisão bipolar do mundo entre o comunismo e o capitalismo, as ditaduras na América Latina e suas consequências, a

ditadura militar no Brasil com o golpe de 1964, as universidades e a repressão militar, e por fim a circulação de ideias proibidas nas bibliotecas e a sua relação com o regime.

A seção três procurou esclarecer e comparar definições diferentes para os termos censura e informação. Descreveu as bibliotecas universitárias desde a sua criação até os dias atuais e procurou desvendar a forma como o bibliotecário atuou durante a ditadura.

A seção quatro descreve o tipo de estudo que foi realizado, sendo ele de caráter qualitativo e fundamentado na história oral. A coleta de dados foi efetuada através de entrevistas abertas, possibilitando ao entrevistador explorar a fundo as questões formuladas.

Na quinta seção, é apresentado um perfil de cada depoente, e são expostas as análises das entrevistas de acordo com os autores abordados nesse trabalho que fizeram parte da contextualização e dos apontamentos teóricos, a fim de comparar e desvendar semelhanças e diferenças nos relatos dos autores das obras consultadas e nos depoimentos das entrevistadas.

2 OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho foi identificar as estratégias de controle da informação pelo regime militar, no Brasil, nas bibliotecas universitárias da UFRGS e em seu contexto principal, ou seja, a universidade no período de 1964 a 1985.

Como objetivos específicos, temos: o funcionamento das bibliotecas universitárias durante o referido regime, saber como eram indexados os assuntos dos livros em relação a palavras com forte sentido político ou moral e descobrir as formas de resistência do bibliotecário.

3 HISTÓRICO

A biblioteca tem um papel importantíssimo na guarda e na difusão da memória coletiva da humanidade. Resistindo à destruição, seja por obra da natureza ou pela mão do homem, ela continua respirando e disseminando a produção intelectual, artística e literária de cada lugar onde reside. A ação de regimes totalitários no processo de mutilação do saber é conhecida como prática corrente. As universidades, principais redutos da produção intelectual de cada nação, sempre foram um alvo certo, tendo essencialmente em suas bibliotecas a ação dos censores e consequente restrição de acesso a obras que não agradavam, de uma forma ou outra, ao regime imposto. Com relação à ditadura militar no Brasil, poucos estudos tratam da questão da censura na biblioteca.

Assim, este trabalho justifica-se, além da ausência de trabalhos teóricos já mencionada, pela importância de se elucidar até que ponto o regime militar, através do controle da informação, interferiu no âmbito das bibliotecas da UFRGS e na rotina da própria Universidade.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A Contextualização abordará a ditadura com seus conceitos e suas tipologias, um breve histórico da Guerra Fria, das ditaduras na América Latina e no Brasil, com uma pequena menção à ditadura e às universidades, fazendo também uma relação entre a ditadura militar e a circulação de ideias proibidas.

3.1.1 Ditadura: Conceitos e Tipologias

3.1.1.1 Conceitos

A palavra “ditadura” tem sua origem na *dictatura* romana, que era, segundo Bobbio (2000, p. 368), “um órgão extraordinário que poderia ser ativado conforme processos e dentro de limites constitucionalmente definidos, para fazer frente a uma situação de emergência.”

No entanto, o significado moderno atribuído ao termo difere bastante do que significava para a Roma republicana. Para Hecker (2004, p. 227), a expressão *ditadura* pode significar:

Forma de governo em que todos os poderes se enfeixam nas mãos dum indivíduo, dum grupo, duma assembléia, dum partido, ou duma classe, incluem em segundo sentido qualquer regime de governo que cerceia ou suprime as liberdades individuais.

Numa definição mais precisa, Bobbio (2000, p. 368-369) nos diz que:

[...] a ditadura moderna não é autorizada por regras constitucionais: se instaura de fato ou em todo o caso, subverte a ordem política preexistente. A extensão de seu poder não está predeterminada pela constituição: seu poder não sofre limites jurídicos. E, embora algumas ditaduras modernas tendam ainda a se auto-apresentar como ‘temporárias’ sua duração não está antecipadamente fixada: a sua permanência como a de qualquer outro regime político depende das vicissitudes da história.

Enquanto a ditadura romana foi um órgão excepcional e temporário, a ditadura moderna é uma forma de governo normal e durável.

3.1.1.2 Tipologias

Os tipos de ditaduras modernas que existem são as ditaduras autoritárias, totalitárias, cesaristas, revolucionárias, conservadoras ou de ordem, reacionárias mistas, pedagógicas, de desenvolvimento, burocráticas, pessoais, oligárquicas, monopartidárias, técnicas, sociológicas, proletárias (BOBBIO, 2000).

Os tipos acima listados são muitos, mas neste trabalho serão considerados apenas aqueles que caracterizam melhor os tipos de regimes impostos na América Latina e mais especificamente no Brasil. É claro que, dependendo do país, com algumas variações. São estes:

Ditadura Autoritária:

A “ditadura autoritária” (ou simples) baseia-se nos meios tradicionais do poder coercitivo (exército, polícia, burocracia, magistratura), possuindo, por isso, escassa capacidade de propaganda e penetração direta nas instituições e nos grupos sociais conseguindo apenas reprimir a oposição aberta e contentando-se com uma massa apolítica e com uma classe dirigente disposta a colaborar. (BOBBIO, 2000, p. 374)

Ditadura Totalitária:

A ditadura totalitária emprega, além dos meios coercitivos tradicionais, o instrumento peculiar do partido único de massa, tendo assim condições de controlar completamente a educação e os meios de comunicação e também as instituições econômicas, além disso, pode exercer uma pressão propagandística permanente e penetrar em cada formação social, e até na vida familiar dos cidadãos, suprimindo qualquer oposição e até as críticas mais leves através de especiais aparelhos políticos, de polícia e de temor impondo assim a aceitação entusiástica do regime a toda a população. (BOBBIO, 2000, p. 375)

Ditaduras de Desenvolvimento:

[...] se justificam, geralmente, com base na necessidade que devem enfrentar as elites modernizantes de muitos países subdesenvolvidos de construir, de maneira coercitiva, as premissas econômicas e políticas de desenvolvimento, mesmo diante de uma situação hostil, seja pelas resistências de velhas elites feudais e tradicionais, seja pelo atraso da cultura política das massas. (BOBBIO, 2000, p. 376)

Ao analisar as três definições apresentadas, pode-se fazer uma pequena condensação do que foi a ditadura militar no Brasil, ou seja, ela baseou-se em poder coercitivo, através do exército, controlou a educação, os meios de comunicação, as instituições econômicas, usou de intensa propaganda, a fim de penetrar na formação social e familiar de cada indivíduo, suprimindo qualquer tipo de oposição através de aparelhos repressivos e de terror (como o Esquadrão da Morte) e, de uma maneira coercitiva, impôs suas premissas econômicas e desenvolvimentistas a toda a população.

3.1.2 A Guerra Fria

Após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a Europa, que fora palco das operações militares durante o conflito, estava com a sua economia totalmente abalada, perdendo, principalmente com países como a Grã-Bretanha e a França, a grande importância política e econômica que possuía antes da guerra. Com o enfraquecimento da Europa, os Estados Unidos e a União Soviética, que haviam saído do conflito como duas grandes potências, emergiram, substituindo a política de equilíbrio europeu em dois blocos, representados respectivamente pelo capitalismo e pelo comunismo (ARRUDA, 1979).

Eram intensas as divisões políticas e ideológicas e a desconfiança mútua entre os dois países. Para Vizentini (2005, p. 198), “as origens imediatas da Guerra Fria encontram-se, em grande parte, nas divergências entre os aliados ocidentais e soviéticos acerca da ordem pós-guerra.”

Já para Arruda (1979, p. 369), essas divergências, mesmo que tênues, já existiam bem antes do término da guerra:

Mesmo antes de terminar a guerra, os aliados preocupavam-se com a expansão soviética e o modo de criar-lhe uma barreira. Pensaram em rearmar a Alemanha para impedir a ação militar comunista na Europa Oriental, mas ante a impossibilidade de realizar esse plano – a Alemanha tinha sido dividida e ocupada depois da guerra – os aliados procuraram conquistar posições estratégicas na Europa Central e Balcânica, e ao mesmo tempo atrair os países das áreas de influência soviética para o lado ocidental, através de uma política de financiamento. A união soviética sentia-se ameaçada pelos seus aliados ocidentais na guerra – ainda mais que um deles, os Estados Unidos, possuía a bomba atômica. Era inevitável que os russos se preocupassem com a sua segurança. Essa segurança impunha a intervenção nos negócios internos de determinados países, cuja posição geográfica era militarmente estratégica. Daí surgiu um estranho método de intervenção, misto de ação militar e diplomática, que ficou conhecido pela expressão guerra fria.

Assim, a fim de concretizar sua hegemonia política e econômica, cada país lançava mão de estratégias para afirmar sua superioridade diante do outro. Houve, por parte dos Estados Unidos, a proclamação da Doutrina Truman e o Plano Marshall em 1947, os quais, segundo Vizentini (2005, p. 201), representavam respectivamente o seguinte:

A doutrina Truman foi lançada através de um discurso do presidente americano, no qual defendia o auxílio dos EUA aos ‘povos livres’ que fossem ameaçados pela agressão totalitária (mais um conceito extraído do fascismo, este teorizado pelo Italiano Giovanni Gentile) tanto de procedência externa como por parte de minorias armadas. O plano Marshall por seu turno concedia empréstimos a juros baixos aos governos europeus para que adquirissem mercadorias dos EUA. O custo político de sua aceitação era considerável, pois as nações beneficiárias deveriam abrir suas economias aos investimentos americanos, o

que no caso das economias fracas (como as do Leste) ou devedoras (como a Europa Ocidental), representava o abandono de parte da soberania destes países.

A União Soviética, em resposta ao Plano Marshall, criou o Kominform (Comitê de Informação dos Partidos Comunistas e Operários) em setembro de 1947. De acordo com Pazzinato e Senise (1998, p. 282), “o Kominform tinha como objetivo unificar a ação comunista na Europa Oriental, transmitindo a orientação soviética aos partidos comunistas de cada país do bloco socialista. Assim os soviéticos pretendiam obter um maior controle político sobre o Leste Europeu.”

Os acontecimentos que se seguiram foram muitos, e não é objetivo deste trabalho analisá-los pormenorizadamente. Por isso, será apresentado apenas um breve resumo dos fatos ocorridos.

Em relação à Alemanha, houve uma divisão do país em 1949. A zona de ocupação ocidental foi transformada na República Federal da Alemanha, e a zona oriental tornou-se a República Democrática Alemã, inspirada no modelo soviético. Mais tarde, em 1961, foi construído o muro de Berlim, a fim de evitar a fuga de mão-de-obra especializada para o mundo capitalista. A divisão permaneceu até 1989, constituindo o principal símbolo da Guerra Fria (PAZZINATO; SENISE, 1998, p. 284).

Houve também a guerra da Coreia (1945) e a Guerra do Vietnã (1954), ambas extremamente violentas e reflexo da divisão entre o mundo capitalista e socialista. No entanto, a certeza de uma guerra nuclear nunca foi considerada seriamente.

Embora ao aspecto mais óbvio da Guerra Fria fosse o confronto militar e a cada vez mais frenética corrida armamentista no Ocidente, não foi esse o seu grande impacto. As armas nucleares não foram usadas. As potências nucleares se envolveram em três grandes guerras (mas não umas com as outras). Abalados pela vitória comunista na China, os EUA e seus aliados (disfarçados como Nações Unidas) intervieram na Coreia em 1950 para impedir que o regime comunista do Norte daquele país se estendesse ao Sul. O resultado foi um empate. Fizeram o mesmo, com o mesmo objetivo, no Vietnã, e perderam. (HOBSBAWN, 1995, p. 234)

A revolução socialista em Cuba (que foi um dos processos históricos decisivos para a implantação das ditaduras na América Latina na década de 60) também criou uma situação conflitante entre os dois países, provocando o rompimento entre Washington e Havana.

Além de liderar o embargo comercial, os Estados Unidos Influenciaram a Organização dos Estados Americanos (OEA), que expulsou Cuba, determinando seu isolamento econômico e político. A expulsão de Cuba promoveu a aproximação de Fidel Castro e da União soviética, de quem passou a receber ajuda financeira, técnica e militar para estruturar o país, segundo os moldes socialistas. Como parte deste processo, o Kremlin obteve a permissão de instalar mísseis na ilha. Esse fato gerou uma série crise internacional, pois em outubro de 1962 John Kennedy empreendeu um bloqueio aeronaval a Cuba Diante

da Ameaça da Casa Branca de usar sua força nuclear, os mísseis soviéticos foram retirados, para alívio de todas as nações, pois o perigo de uma guerra atômica ameaçava todo o continente (Crise dos Mísseis). (PAZZINATO; SENISE, 1998, p. 323)

A Guerra Fria chegou ao fim em 1986, com a iniciativa do então presidente da União Soviética, Mikhail Gorbachev. Para Hobsbawm (1995, p. 246),

A guerra fria acabou quando uma ou ambas superpotências reconheceram o sinistro do absurdo da corrida nuclear, e quando uma acreditou na sinceridade do desejo da outra de acabar com a ameaça nuclear. Provavelmente era mais fácil para um líder soviético que para um americano tomar essa iniciativa, porque ao contrário de Washington, Moscou jamais encarara a Guerra Fria como uma cruzada, talvez porque não precisava-se levar em conta uma excitada opinião pública. Por outro lado, exatamente por isso, seria mais difícil para um líder soviético convencer o Ocidente de que falava sério. Desse modo o mundo tem uma dívida enorme com Mikhail Gorbachev, que não apenas tomou essa iniciativa como conseguiu, sozinho, convencer o governo americano e outros no Ocidente de que falava a verdade. Contudo não vamos subestimar a contribuição do presidente Reagan, cujo idealismo simplista rompeu o extraordinariamente denso anteparo de ideólogos, fanáticos, desesperados e guerreiros profissionais em torno dele para deixar-se convencer. Para fins práticos a Guerra Fria terminou nas duas conferências de cúpula de Reykjavik (1986) e Washington (1987).

Enquanto durou, a Guerra Fria provocou mudanças de ordem política e mundial, e suas decisões, mais especificamente no âmbito da América Latina, seriam sentidas mais de perto na forma de ditaduras militares.

3.1.3 Ditaduras na América Latina

Ampliando o horizonte da Guerra Fria e considerando o êxito da Revolução Cubana, o imperialismo norte-americano englobou a América Latina na sua estratégia de combate à ameaça comunista. Foram elaborados programas de treinamento para os militares latino-americanos, implementando-se ajuda técnica e material para as Forças Armadas e principalmente, através da Doutrina da Segurança Nacional, ideologizou-se a contra-insurgência, que fazia da oposição interna alvo dos militares (GUAZZELLI, 2004).

O resultado de todas essas precauções foi uma sucessão de golpes de Estado que destituíram do poder os governos estabelecidos, substituindo-os por formas de governo totalitárias e em sintonia com a política capitalista norte-americana.

Em 1962, os militares peruanos antecipam-se à posse do populista Haya de La Torre e ocupam o poder; em 1963, um golpe militar derrubou o governo do moderado e confiável Juan Bosch, na República Dominicana; em 1964 caíram os também populistas João Goulart, do Brasil, e Paz Estenssoro da Bolívia; em 1965, as tropas da OEA, capitaneadas pelos Estados Unidos, intervieram e impediram uma restauração democrática na República Dominicana; em 1966, as Forças Armadas ocuparam o poder na Argentina; em 1968, novamente os militares assumiram o governo no Peru; em 1973, chegaria ao fim a experiência socialista chilena com o sangrento assalto ao poder por Pinochet; também no mesmo ano, deixava o Uruguai de ser a 'Suíça da América Latina'; em 1976, mais uma vez os militares ocupavam o governo argentino após um curto interregno de governantes civis. (GUAZZELLI, 2004, p. 28)

Fazendo um balanço da situação geral de cada país durante os regimes militares, através de leituras de textos como o do já mencionado Guazzelli (2004) e também de autores como Wasserman (2004) e Padrós (2006) sobre o período, pode-se dizer que os países onde ocorreram os golpes foram caracterizados em sua maioria por estados totalitários com a supressão de partidos políticos, apoiados por setores, em geral, tradicionais da sociedade, como oligarquias fundiárias, burguesia, empresariado industrial, setores médios e urbanos bem situados, além de grupos relacionados ao imperialismo norte-americano. De uma forma ou de outra, todos eles foram marcados pela repressão política com censura à imprensa, prisões, torturas, assassinatos, desaparecimento de pessoas, perseguições, sequestros e até, no caso do Chile, campos de concentração e inclusive atentados no exterior.

3.1.4 Ditadura Militar no Brasil

No Brasil, o golpe militar deu-se em abril de 1964, derrubando o então presidente João Goulart e instalando no país uma ditadura que iria durar cerca de vinte anos, de 1964 a 1985. Para Wasserman (2004, p. 27), “a despeito de ter sido desfechado em nome da segurança nacional e da promessa de defesa e respeito às normas democráticas, o golpe militar de 1964 inaugurou um período de insegurança e arbítrio.”

Os anos de 1962, 1963 e 1964 no Brasil, presididos por João Goulart, foram marcados pelo rápido crescimento das lutas populares.

É um período de forte inflação, mas os trabalhadores conseguem, regra geral, reajustes salariais equivalentes ao aumento do custo de vida. No campo são criadas as Ligas Camponesas, que atingem em 1964, um total de 2181, espalhadas por 20 Estados. Proliferam as lutas rurais que, de modo semelhante ao ocorrido nas cidades, causam pânico entre os fazendeiros conservadores, dispostos a tudo para impedir a Reforma Agrária. Estudantes,

artistas e numerosos setores das classes médias urbanas vão engrossando as lutas por modificações nacionalistas, por uma nova estrutura educacional, pela Reforma Agrária e pela contenção da remessa de lucros. Também no âmbito parlamentar, estrutura-se uma frente nacionalista que faz crescer a pressão no sentido das reformas. (BRASIL NUNCA MAIS, 1986, p. 58)

A elevada inflação da época e a instabilidade do quadro político favoreceram a pregação da direita, junto às classes médias, em favor de mudanças profundas que trouxessem um governo forte. Além disso, a oferta de auxílio dos norte-americanos representou o último sinal para que os militares interessados em derrubar o presidente passassem à ação. Assim, com praticamente toda a classe média e setores importantes dos trabalhadores rurais convencidos pela propaganda anticomunista, e com o apoio financeiro dos Estados Unidos, do Partido Social Democrático (PSD), da União Democrática Nacional (UDN) e da Igreja Católica, principalmente sua hierarquia, dá-se a união com os militares, que resulta no afastamento forçado de João Goulart, tornando vitorioso, praticamente sem resistência, o Golpe Militar de 1964 (BRASIL NUNCA MAIS, 1986).

Com a ação golpista de 1964, estabeleceu-se um regime autoritário com o objetivo de conter o avanço das forças sociais que ameaçavam a reprodução do sistema econômico em voga e de promover condições para uma nova e prolongada expansão econômica e capitalista (WASSERMAN, 2004).

Durante o tempo em que perdurou a ditadura no país, revezavam-se no comando da nação cinco generais-presidentes, nomeados pelo alto comando militar, que se iniciou com o general Humberto de Alencar Castello Branco, finalizando com o general João Baptista de Figueiredo.

De acordo com Silva (1985, p. 6),

Durante todo esse tempo os comandos militares executaram as tarefas preconizadas pela doutrina que seguiam. “Houve a limpeza da área” com a cassação de mandatos parlamentares e, depois a dissolução dos partidos políticos, ensejando uma reformulação partidária sob medida com o calçado manietante dos antigos chineses, no bipartidarismo bifurcado na Arena e no MDB; no expurgo, nas Forças Armadas, afastando sem condenação, desde os soldados e marinheiros até generais, almirantes e brigadeiros que não concordaram com o golpe; na edição dos Atos Institucionais (os AIs) e Atos Complementares (os ACs) constituindo uma legislação de emergência casuística, de acordo com a conveniência do momento de quem mandava. Tumultuada a política interna, a política econômica geraria o caos.

Somando-se a todos esses fatos mencionados por Silva, ainda tínhamos os crimes praticados pela ditadura como as violências, as torturas, os assassinatos. Muito se perdeu nesses vinte anos de regime, a produção cultural e artística, a intelectualidade brasileira, o movimento estudantil e a possibilidade de transformação da sociedade para melhor foram totalmente sufocadas, reprimidas.

A ditadura, entre 1964 e 1985, deu um golpe certeiro no projeto reformista, calou a intelectualidade brasileira, desmoralizou o movimento estudantil, ceifou esperanças de uma nova estética artística no teatro, cinema e outros âmbitos da cultura nacional, destruiu a imprensa engajada e politizada castigou severamente o projeto de educação e alfabetização chamado “pedagogia do oprimido” e feriu de morte os movimentos operário e camponês. (WASSERMAN, 2006, p. 60)

A derrocada do regime imposto a partir de 1964 deu-se por diversas variáveis: a divisão das forças armadas, o fim do “milagre econômico” que estagnou o crescimento e a possibilidade de consumo das classes médias levando à dívida externa, e especialmente pelas grandes manifestações populares antiditatoriais pelo retorno à democracia, além das denúncias contra os crimes cometidos durante o período (WASSERMAN, 2004).

O longo regime militar deixou de herança para o país inúmeros problemas, os quais permanecem até hoje marcando fortemente a vida nacional. Segundo Soares (2004, p. 33), entre os principais problemas, destacam-se:

a) o atraso no desenvolvimento das instituições democráticas; b) o agravamento das desigualdades sociais decorrente do modelo de desenvolvimento posto em prática pela ditadura, fundado no arrocho salarial e na repressão em geral aos movimentos populares reivindicatórios; c) a postergação do encaminhamento da solução dos problemas sociais básicos; d) a colossal e aparentemente impagável dívida externa do país e a contrapartida desta, ou seja, a elevada dívida pública interna; e e) duas “décadas perdidas” para o desenvolvimento da economia nacional, como resultado, em grande medida, desse endividamento.

Assim, a ditadura militar no Brasil encerrou a sua participação de modo negativo em praticamente todos os setores da sociedade, principalmente o das massas trabalhadoras, cujas sequelas dos grandes sacrifícios políticos, sociais e econômicos estão presentes até hoje.

3.1.5 A Ditadura Militar e as Universidades

A universidade é um dos principais lugares onde a produção intelectual floresce, onde a informação recebida é amplamente debatida, onde há espaço tanto para o docente como para o discente expor, num diálogo democrático, suas ideias e opiniões, possibilitando a criação e também a transformação do conhecimento. Por ser um espaço do saber onde são discutidas, entre outras coisas, as questões referentes à sociedade e à política, a fiscalização das universidades sempre foi

uma preocupação do regime militar. O controle acerca da bibliografia lida e sugerida e mesmo a infiltração de agentes do Departamento de Ordem Social e Política (DOPS) eram constantes.

Segundo Carneiro (2002, p. 165),

Temiam-se os homens de vasta cultura. Professores e estudantes de Ciências Humanas e Ciências Políticas incomodavam. Temiam-se as críticas ao regime, as denúncias de torturas, as passeatas estudantis, o humor dos caricaturistas, as peças de teatro.

Muitos servidores da universidade perderam o emprego, sob acusação de subversão, e tiveram suas vidas devastadas. Muito se perdeu em termos de aprendizagem, conhecimento que acabou por ser negado, no momento em que esses profissionais foram arrancados da vida acadêmica por suas ideias inovadoras ou questionamentos acerca da sociedade, que não se adequavam à ideologia empregada pelo governo.

As universidades haviam sido grandemente atingidas pelas cassações e aposentadorias compulsórias de que a ditadura se valerá para afastar das atividades docentes e do mundo acadêmico professores considerados ameaça à boa formação da juventude do país e aos interesses do regime então instaurado. (HOLZMANN, 2008, p. 11)

O movimento estudantil, nessa época, deslanchou e foi aos poucos se fortificando, através de passeatas nas ruas, manifestos, críticas ao governo, ganhando cada vez maior importância e visibilidade nacional.

O movimento estudantil que se solidificou no Brasil enfrentando a ditadura conjugou questões pontuais aos estudantes, com questões amplas e maiores que tocavam em outros grupos sociais. Mesmo que aparentemente derrotado, conseguiu expor questões relevantes para as reflexões referentes à construção de uma nova sociedade. Defesa do ensino público, questionamento sobre a utilidade do que era ensinado, exigência de democracia (não apenas dentro das instituições de ensino, mas nas diferentes instâncias da sociedade). As necessidades da construção de um novo mundo, com novos padrões e outras relações humanas, foram bandeiras erguidas pelo movimento estudantil que podem ser consideradas heranças e conquistas desse movimento social. (MAÇAL, 2006, p. 84)

As medidas repressivas do regime atingiram em cheio os alicerces da universidade e, apesar da resistência tanto do movimento estudantil como dos servidores e professores, o sonho de uma universidade mais ativa na transformação do indivíduo e da sociedade ficou adiado por um bom tempo.

3.1.6 A Ditadura Militar e a Circulação de Ideias Proibidas

A circulação da informação na época do regime militar era rigidamente controlada, a censura imperava em detrimento da liberdade de pensamento. Qualquer documento que fosse considerado uma ameaça ao Estado instituído era apreendido como material subversivo e banido de circulação. Muito se sabe sobre a censura em relação aos meios de comunicação amplamente divulgada, mas não podemos esquecer-nos de que houve censura também nas bibliotecas, já que ali é armazenada uma gama enorme de conhecimento, que nem sempre vai de acordo com os interesses do regime em questão.

Para Manguel (2003, p. 102),

Por vezes aqueles que se arrogam a tarefa de guardar a entrada do acervo de uma biblioteca vêem perigo onde outros nada vêem. Na década de 1970, durante a caça aos elementos 'subversivos' sob o regime militar na Argentina, no Uruguai e no Chile, qualquer pessoa na posse de um livro suspeito podia ser presa e detida sem processo. "Suspeitos" eram os poemas de Neruda e Nâzim Hikmet (os dois eram comunistas), os romances de Tolstói e Dostoiévski (por serem russos) e qualquer livro que tivesse uma palavra perigosa no título como *O vermelho e o Negro*, de Stendhal, e o clássico japonês do século XVI, *Amor de camaradas entre os Samurais*.

Pode-se deduzir, com esse relato, a ignorância e/ou total desconhecimento do conteúdo das obras pelos servidores do regime, já que beiram ao absurdo, como foi demonstrado acima, algumas apreensões.

Para Baéz (2006, p. 24),

Um livro é destruído com a intenção de aniquilar a memória que encerra, isto é, o patrimônio de idéias de uma cultura inteira. Faz-se a destruição contra tudo que se considera ameaça direta ou indireta a um valor considerado superior.

Os regimes ditatoriais não pouparam esforços, a fim de promover a mutilação do conhecimento produzido, impedindo e limitando, assim, o espaço reservado para as novas ideias.

Na literatura também temos presente a ação nefasta do governo na destruição de obras. Em *Fahrenheit 451* (o título refere-se à temperatura em que os livros queimam), romance de Ray Bradbury, há representado um futuro onde os bombeiros não apagam incêndios; eles os provocam. Sua função é queimar pilhas e pilhas de livros, porque, numa sociedade sem conflitos, a liberdade de pensamento é perigosa, e a leitura é subversiva. Ler pode causar angústia, controvérsia, plantar idei-

as ofensivas. Toda a informação vem pronta através da televisão, manipulando o pensamento e os sentimentos dos telespectadores.

No Brasil, a caça às bruxas também foi intensa. Carneiro (2002, p. 163) nos diz que “a literatura de cunho marxista garantiu, desde a criação da polícia política, seu lugar de honra entre os livros mais cassados.”

Outros temas que “atacassem” de certa forma o governo, a tradição cristã, a moral e os bons costumes também eram apreendidos, como provas de crime de subversão.

Era-nos recomendado que ‘pulássemos’ certas páginas do Crime do Padre Amaro que por seu erotismo poderiam nos desviar do bom caminho. Até hoje não sei se era puritanismo do velho mestre ou técnica de motivação para a leitura de romances da literatura portuguesa. O que sei é que minutos após a aula já os livros censurados não mais eram disponíveis na biblioteca...(BERND, 1994, p. 143)

Para Leitão, (2007, p. 9), os regimes totalitários

[...] adotaram a destruição como fator de higiene para o desenvolvimento de uma população “limpa” daquilo que poderia ser considerado prejudicial ao engrandecimento da nação. Os regimes totalitários enfatizam a questão de uma nação livre das impurezas.

Foi na década de 70 que a censura a livros e periódicos intensificou-se, com o anúncio do decreto 1077, de 26 de janeiro de 1970, com o qual podemos notar com mais ênfase seu impacto sobre as bibliotecas. De acordo com Castro (2005, p. 99),

O decreto 1077, de 06 de janeiro, do Ministro da Justiça Alfredo Buzaid determinava que a divulgação de livros e periódicos nacionais e importados em todo o país ficaria subordinada a verificação prévia da polícia federal, a quem caberia analisar a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes. Se o conteúdo da publicação feria “os princípios da família”, da política nacional, os livros deveriam ser encaminhados ao Ministério da Justiça. Esse decreto estabelecido no auge da ditadura militar demonstra o caráter cerceador das idéias e da livre expressão, ações próprias dos períodos onde um pequeno grupo controla a política social, econômica e cultural de toda uma sociedade portanto, as instituições que lidam com a cultura e a educação, a biblioteca e a escola, por exemplo, são diretamente atingidas e os profissionais que nelas atuam, ao assumirem uma atitude de concordância com os modos de transmissão do saber ou censurar o que deve ser posto a mão do leitor, contribuem sem dúvida para reprodução do regime estabelecido.

Germano (1982, p. 137) nos apresenta, em relação à repressão militar sobre as bibliotecas, um caso ocorrido em Natal, onde,

[...] no início de 1964, as bibliotecas da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler foram abandonadas e seus acervos tiveram os mais diferentes fins, pois se tornaram

alvos principais dos militares que penetraram nas bibliotecas (do centro de formação de professores) e provocaram autêntico rasga, rasga de livros.

Esse tipo de atitude mostra como, desde o início do golpe, a preocupação em calar possíveis ameaças à ordem vigente era latente.

Num governo ditatorial, a memória se reduz ao nada ou ao que for conveniente, e não existem contradições, pois estas são suprimidas. A ditadura militar no Brasil foi arrasadora com a indústria cultural, impedindo, através de vetos, a evolução natural da mesma. As bibliotecas ficaram reduzidas a espaços destinados à propaganda do governo, destituindo-se assim, nesse período, todo o cerne libertário que ela representa.

4 APONTAMENTOS TEÓRICOS

Neste tópico, serão abordadas algumas definições sobre censura e informação, algumas considerações sobre a biblioteca universitária no Brasil, e por fim o papel desempenhado pelo bibliotecário durante o regime militar.

4.1 CENSURA

De acordo com Rabaça e Guimarães (1995, p. 120), a censura pode ser definida como

Ação de proibir, no todo ou em parte, uma publicação ou representação. Supressão deliberada de determinado material de comunicação, do fluxo normal de informação, de forma a influir na opinião e na ação do público ao qual se dirige a mensagem. Política de restrição da expressão pública de idéias, opiniões, sentimentos e impulsos que têm, ou se supõe terem capacidade para abalar a autoridade do governo ou a ordem social e moral que esta mesma autoridade se considera disposta a proteger.

A censura sempre esteve presente através dos séculos, sua forma de aplicação difere de tempos em tempos, mas seu caráter prejudicial, mesmo que em diferentes proporções, continua igual. Já mencionando, além do Estado, a Igreja, a Enciclopédia Mirador Internacional (1987, p. 2237), nos diz que

A censura é o controle exercido por autoridade civil ou religiosa, a publicação, distribuição ou leitura de livros, com a finalidade de impedir a divulgação de críticas ou idéias contrárias aos interesses de tais poderes, ou capazes em seu julgamento de perturbar a vida moral, social, política ou religiosa da comunidade.

Em relação à Igreja, é conhecido por todos os efeitos nocivos e devastadores da Inquisição durante a Idade Média, também chamada Idade das Trevas, onde milhares de pessoas foram torturadas e mortas, seja por suas descobertas, suas opiniões, crenças ou ideias que feriam ou contrariavam os princípios pregados pela Igreja Católica, que com suas imposições dilacerou vidas e retardou o avanço da ciência, das artes, da medicina entre outras áreas do conhecimento.

A Grande Enciclopédia Delta Larousse (1980, p. 1499) condena a censura, porém a tolera se for para “o bem do indivíduo”: “A censura representa, sob qualquer forma, uma restrição à liber-

dade do indivíduo, e só se justifica como meio de evitar possíveis danos a outros, quer sejam indivíduos, quer sejam entidades.”

No entanto, determinar o que é prejudicial ou não para o indivíduo ou para a sociedade é muito relativo, já que vai depender da interpretação de cada um, isoladamente.

A censura pode ser dividida conforme a posição dos censores, podendo ser governamental ou privada. E também é dividida do ponto de vista da forma como é exercida, podendo ser preventiva, repressiva e indireta. (ENCICLOPÉDIA MIRADOR..., 1987).

Quanto ao alcance, a censura pode ser parcial (supressão de trechos da obra), total (proibição de toda a obra) ou classificatória (por faixas etárias) (RABAÇA; BARBOSA, 1995).

Mais especificamente no Brasil, segundo a Enciclopédia Delta Larousse (1980, p. 1499), na década de 80,

A censura dos textos publicados está regida pelas leis de imprensa e de segurança nacional, além dos dispositivos constitucionais correspondentes. A censura de teatro e cinema é efetuada por órgãos especializados, federais e estaduais, achando-se em estudos um anteprojeto de lei que transformaria em classificatória, por faixas de idade qualquer restrição oficial à representação de peças e filmes em vez de submeter a cortes prévios uma obra de arte.

De acordo com a Enciclopédia Mirador Internacional (1987, p. 2237),

No Brasil predominou a censura prévia ou preventiva na qual é direito do governo de exercer vigilância sobre a publicação de livros, fora da intervenção dos tribunais. Pode impedir a publicação ou distribuição da obra impressa ou dela fazer retirar os trechos não aprovados. As razões invocadas para justificar a existência da censura governamental são principalmente de ordem moral e de segurança nacional. Ela tem, no entanto, servido algumas vezes para encobrir interesses particulares de pessoas e grupos.

A censura instituída pelo regime militar acabou, porém não podemos esquecer que ainda temos uma censura velada predominante nos meios de comunicação, que em geral vai de acordo com os interesses de grandes grupos ou do próprio Governo, que patrocinam esses veículos de informação.

4.2 INFORMAÇÃO

Para Santos (2003, p.128),

Informação é um conceito genérico de tudo que possa representar notícia, conhecimento ou comunicação. Divide-se em informação estruturada aquela armazenada em nosso banco de dados. Informação não estruturada: é a informação armazenada em nossos documentos.

Numa definição mais geral, Arruda (2002, p. 117) nos diz que “informação é todo e qualquer elemento referencial contido num documento.” Podemos considerar como mais amplo e completo o conceito que Rabaça e Barbosa (1995, p. 335) nos dão em relação a informação.

O recebimento e a utilização das informações são processos do nosso ajuste às contingências do meio ambiente e do nosso viver efetivo nesse meio ambiente. A informação está sempre ligada a uma função. Ela só é retirada por um organismo se lhe for significativa. Os homens e os grupos humanos, assim como os animais, só absorvem a informação de que necessitam e/ou que lhes seja inteligível.

A informação está em todos os lugares e em todos os tempos, e é a partir dela que, ao receber o conteúdo de sua mensagem, o ser humano reflete, pensa e dá os primeiros passos para a construção do conhecimento.

4.3 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

As bibliotecas universitárias costumam deter o conhecimento produzido no país, e por esse motivo são o alvo preferencial de governos autoritários, já que o que é novo, desconhecido, causa medo e desconfiança, pois é a partir do conhecimento que abrimos as portas para a transformação humana e social. As bibliotecas universitárias existem há muito tempo como um espaço de absorção e troca de ideias. Segundo Milanesi (2002, p. 25),

As bibliotecas universitárias surgiram na Idade Média, pouco antes do Renascimento. A princípio elas estavam ligadas às ordens religiosas, porém já começavam a ampliar o conteúdo temático, além da religiosidade. Estas bibliotecas são as que mais se aproximavam do conceito atual de biblioteca como espaço de acesso e disseminação democrática de in-

formação. O número de estudantes universitários aumentou, ocasionando o crescimento também da produção intelectual.

As bibliotecas universitárias, além de serem as principais depositárias do conhecimento produzido no país, possuem os mecanismos e instrumentos mais bem aparelhados tecnologicamente para a manutenção e o desenvolvimento de novos saberes. Lemos (1998, p.355-356) nos fornece uma descrição bem minuciosa do que representa uma biblioteca universitária no Brasil.

As bibliotecas universitárias são, em geral, mais bem aquinhoadas do que as públicas e escolares. Nelas se concentra a maioria esmagadora do acervo bibliográfico de todo o país. Nelas existe grande pluralidade e diversidade. Podem ser únicas, como é o caso da biblioteca central da Universidade de Brasília, ou se multiplicar em várias, às vezes dezenas dentro da mesma universidade, como é o caso da Universidade de São Paulo. Também é nelas, dentre as que se acham abertas à comunidade em geral, onde existe a possibilidade de se contar com serviços de primeira categoria e atendimento profissional. Por definição, os acervos das bibliotecas universitárias refletem grandemente as necessidades de informação dos pesquisadores e professores. Lá se encontram as maiores e melhores coleções de periódicos especializados e, também, os melhores acervos de obras de referência. Em sua maioria dispõem de acesso a bases de dados bibliográficos em diversas áreas do conhecimento, seja nos serviços que se acham disponíveis para acesso em linha na internet têm longa experiência nas atividades de obtenção de cópias de artigos científicos em outras bibliotecas do país e do exterior, o que certamente as torna um recurso importantíssimo para qualquer estudioso.

Os modelos de biblioteca universitária podem variar de acordo com a estrutura, objetivos e principalmente os recursos humanos, materiais e financeiros de que a universidade dispõe; no entanto, o importante é ela manter a interação com a universidade e estar sempre preparada para atender às necessidades informacionais de seus usuários.

[...] no momento de escolher qual o melhor modelo para suas bibliotecas cada instituição deve levar em conta suas características, sua história, seu desejo de interagir com outras instituições similares e sua capacidade de adequação ao momento histórico e a seu local de atuação. É discutível que, em um mundo que se transforma cada vez mais rapidamente e em que existe uma tal variedade de situações e necessidades seja possível impor um único modelo estrutural para as bibliotecas universitárias. A questão principal é o papel que a biblioteca deve assumir para atender as demandas de seus usuários. O modelo escolhido, seja o centralizado, o descentralizado ou qualquer outro, deve considerar o equilíbrio. (DODEBEL, 1998, p. 12)

As bibliotecas universitárias têm um público e objetivos específicos que devem estar de acordo com a universidade que a mantém. Por isso é muito importante delimitar as suas funções.

De acordo com Damásio (2004, p. 22),

As funções principais de uma biblioteca universitária é de servir como repositório e disseminador do conhecimento de uma universidade, de uma especialidade, de um centro de pesquisa. É o elo de ligação entre o conhecimento e o usuário final, mesmo perante os atuais acervos digitalizados na internet, que contemplam pequena parte do conhecimento especializado. Ela pode ser o elo entre determinados usuários, independentemente da característica principal destes usuários, pessoa física ou jurídica.

A biblioteca universitária é hoje a principal ferramenta de pesquisa e inovação tecnológica, detendo o conhecimento discente e docente produzido no país, possibilitando com isso o acesso e a agregação de novos saberes a partir dos já existentes, contribuindo para a renovação e surgimento de novas ideias.

4.4 O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO NA DITADURA MILITAR

O bibliotecário é, ao mesmo tempo, guardião e disseminador do conhecimento. O papel desempenhado por ele na sociedade é muito importante, pois a promoção da cultura e o acesso a ela é uma herança que o ser humano leva para sempre ao longo de sua vida, possibilitando a transformação desse saber e também a sua transmissão para as novas gerações. No auge da ditadura militar, o acesso à informação foi limitado, e é importante saber de que forma o bibliotecário contribuiu para a situação de censura que se vivenciou ao longo do período: se ele adotou uma atitude combativa, relutando em colaborar com o regime, ou se ele foi passivo, conformando-se em acatar as ordens da autoridade maior.

Castro (2005, p. 100), em um artigo sobre a circulação de livros no Brasil, indaga, entre outras coisas, a respeito do posicionamento dos bibliotecários, após o decreto 1077, que tornava a censura oficial.

[...] de que modo às bibliotecas se comportam diante do decreto? Os livros existentes nas bibliotecas sobre Marx, Paulo Freire e outros chamados revolucionários ou inimigos da moral e dos bons costumes foram trancafiados em espaços “reservados para este fim” ou ficaram livres da repressão? E os bibliotecários, que atitude tomaram diante do cerceamento das idéias, uma vez que tinham como bandeira de luta a democratização da informação, ou está depende do momento político?

É preciso ressaltar que a expansão dos cursos de Biblioteconomia ocorreu na sua maioria após a reforma universitária de 1968, e que era comum eliminarem-se dos catálogos documentos com temas como comunismo, guerrilha, golpe de 64, feminismo, política, etc.

Guerrilha é uma palavra com forte sentido político evitada pelos bibliotecários brasileiros. Os usuários que consultam as bibliotecas da REDE BIBLIODATA/CALCO (catálogo coletivo que reúne bibliotecas universitárias de instituições de pesquisa) e a Base de Dados UNIBIBLI (Bibliotecas da USP, da UNESP e da UNICAMP) não recuperarão a obra deste autor se fizerem uma pesquisa pelo assunto 'guerrilha'. (LUCAS, 2000, p. 63)

Para Castro e Ribeiro (2004, p. 45), podem ter existido dois lados, um que foi conivente e outro que tentou de certa forma evitar a censura governamental, já que é difícil analisar algo tão subjetivo como o posicionamento e a intenção de cada atitude pensada pelo bibliotecário, isoladamente, durante o período.

Acreditamos então que sem nos aperceber estávamos ajudando o Departamento de Imprensa e Propaganda-DIP e a outros órgão a manterem as algemas e as mordanças inerentes ao período, na medida que ao definirmos termos diferentes do conteúdo dado pelo autor, via linguagem artificial, dificultávamos o acesso a informações progressistas, entendidas como aquelas que feriam os princípios da ordem social vigente. Na tentativa de analisarmos esta afirmativa por um outro prisma, provavelmente esta tenha sido uma estratégia adotada pelos bibliotecários para preservar nas bibliotecas as coleções contra a força policial e a censura, a exemplo de obras como: O Capital, Cuba contra os ianques, O que é isso companheiro, dentre muitos outros.

De certa forma, houve uma resistência por parte de alguns bibliotecários, porém a maioria não teve alternativas, além de aceitar as imposições dos militares, já que as consequências que poderiam advir de uma desobediência poderiam ser desde as mais brandas (repreensões) até as mais extremas (prisões, torturas).

Poucos relatos temos da atuação e da posição das bibliotecas, dos bibliotecários ou das entidades que representavam tanto aquelas como estes. Sabemos de casos isolados, individuais, em especial de bibliotecários que atuavam em entidades não vinculadas diretamente à área da Biblioteconomia. Sabemos também de posições contrárias à censura dos livros e em poucos casos, de defesa da livre circulação de informações, obviamente não aceita, não acatada pelo governo ditatorial. No entanto a maioria dos profissionais bibliotecários deixou-se sujeitar pelas imposições, pelas absurdas determinações dos governantes. Sujeitar-se foi a posição assumida pela maior parte da população independentemente de formação, de classe social de profissão. O maior problema talvez tenha ocorrido não no sujeitar-se, mas na reprodução da ideologia veiculada pelo regime militar e, nesse caso, muitos bibliotecários podem ser enquadrados, embora com um agravante: não reproduziram por identificação com a ideologia transmitida, mas por medo das consequências que poderiam advir de uma posição que poderia ser entendida pelo governo militar como simpatizante das idéias subversivas. (ALMEIDA JÚNIOR, 2000, p. 39)

As bibliotecas acabaram por se tornar reproduzoras das ideias e premissas veiculadas pela ditadura. Foram poucas as que, de fato, foram local de mudança, transformação para os indivíduos, e o bibliotecário, que sempre teve um papel decisivo na democratização da informação, viu-se reduzido a mero porta-voz das "ideias, projetos e realizações" governamentais. Processo pelo qual passa-

ram todos os intelectuais durante este período histórico, agora resta saber o que foi feito com estes livros proibidos pela censura que estavam sob a guarda desses bibliotecários.

5 METODOLOGIA

Este item visou os procedimentos quanto ao tipo de estudo, instrumento de coleta de dados e análise dos dados.

5.1 TIPO DE ESTUDO

O tipo de estudo adotado é o biográfico, fundamentado na história oral. Segundo Ferreira e Amado (2006, p. 15),

Na história oral, o objeto de estudo do historiador é recuperado e recriado por intermédio da memória dos informantes; a instância da memória passa, necessariamente, a nortear as reflexões históricas, acarretando desdobramentos teóricos e metodológicos importantes.

Numa perspectiva inovadora, Portelli (1997, p. 38) nos diz que

A história oral mudou a forma de escrever a história da mesma maneira que a novela moderna transformou a forma de escrever a ficção literária: a mais importante mudança é que o narrador é agora empurrado para dentro da narrativa e se torna parte da história.

A história oral constitui-se numa fonte importante de resgate da memória de um indivíduo ou de uma coletividade, que outros documentos não foram suficientes para elucidar.

Durante muito tempo, pesquisadores, sobretudo historiadores, procuravam as fontes orais para preencher lacunas deixadas pela ausência de outros documentos, principalmente os escritos. Os depoimentos orais eram solicitados para então responder questões que outras fontes não tinham conseguido. Assim, a história oral ganhava legitimidade como documento complementar. (RIOS, 2000, p. 10)

Atualmente, a história oral é largamente utilizada, não só como complemento, mas em especial individualmente por pesquisadores que desejam enriquecer o seu trabalho, já que a história oral possibilita o aprofundamento de questões através do testemunho de seus depoentes.

5.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi efetuada através de uma entrevista, utilizando um gravador para o registro das informações. Segundo Marconi e Lakatos (1999, p. 94),

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

Existem diferentes tipos de entrevistas que irão variar dependo do objetivo do entrevistador. Utilizou-se neste trabalho a entrevista despadronizada ou não-estruturada, em que

O entrevistado tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal. (LAKATOS; MARCONI, 1990, p. 191)

Esse tipo de entrevista permitiu um maior aprofundamento, propiciando também o levantamento de outras questões pertinentes que às vezes podem estar ocultas.

5.3 ANÁLISE DOS DADOS

A análise das informações obtidas observou os seguintes requisitos apontados por Lodi (1974, p. 12), resultando assim em um maior aproveitamento das mesmas:

Validade: comparação com a fonte externa, com a de outro entrevistador, observando as dúvidas, incertezas e hesitações demonstradas pelo entrevistado; Relevância: importância em relação aos objetivos da pesquisa; Especificidade e Clareza: referência a dados, datas, nomes, lugares, quantidade, percentagens, prazos etc; com objetividade. A clareza dos termos colabora na especificidade; Profundidade: está relacionada com os sentimentos, pensamentos e lembranças do entrevistado, sua intensidade e intimidade; Extensão: amplitude da resposta.

6 RELATOS DE CENSURA

Neste capítulo, foram apresentados um perfil de cada entrevistada, a análise ponto a ponto de cada uma das questões formuladas para a coleta de dados, a justificativa para que sejam abordadas e sua relação, quando for possível, com os autores utilizados para fundamentar este trabalho, além, é claro, de comentários de trechos relevantes selecionados das entrevistas. Anexados ao trabalho, temos o roteiro geral de perguntas formuladas e as duas entrevistas efetuadas para a realização desta pesquisa, na íntegra.

6.1 PERFIL

6.1.1 Jussara Pereira Santos

Concluiu a graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1963) e mestrado em *Library and Information Science* da Vanderbilt University (1965). Atualmente é professora adjunta da UFRGS. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia, atuando principalmente nos seguintes temas: biblioteconomia, bibliotecas universitárias, fontes de informação, normatização de documentos, programa de necessidades, conforto ambiental e obras raras.

6.1.2 Evangelina de Azevedo Veiga

Trabalhou vinte anos na Biblioteca Pública do Estado, onde obteve sua realização profissional, pois podia lidar com todos os assuntos desde a classe 0 até a classe 9, e também diversos autores nacionais e estrangeiros. Depois, fez concurso e trabalhou vinte e cinco anos como professora da UFRGS, ministrando a disciplina de Classificação, Catalogação e Indexação. Atualmente está aposentada, lendo muito, curtindo os netos e continuando ativa politicamente.

6.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A primeira questão formulada questionava se as entrevistadas identificavam “mudanças na universidade e nas bibliotecas universitárias após o golpe de 1964?” Pois, de acordo com Carneiro e Holzmann, abordados no item 3.1.5 deste trabalho, a universidade sofreu mudanças principalmente em relação ao seu quadro de funcionários, que foi alterado, seja pelas cassações e aposentadorias compulsórias, seja pelos expurgos, prisões, desaparecimentos de que foram vítimas pessoas consideradas pelo regime como uma ameaça à “boa formação da juventude e aos interesses do país”.

Para a primeira entrevistada (Jussara), houve um pouco de mudanças, “mas as rotinas eram as mesmas... Mas a gente não vivia uma época tão à vontade como antes...”

A segunda questionada (Evangalina) percebeu maiores mudanças dentro da universidade, mas “sem interferir nas estruturas sociais arcaicas...”. No entanto, relata, como foi mostrado acima, um intenso movimento de “denúncias e delações contra os professores e os consequentes expurgos e aposentadorias... A universidade ficou sob o domínio dos militares que exigiam a denúncia dos professores ‘subversivos comunistas’”. Em relação aos bibliotecários, a entrevistada diz que esses foram atingidos também pelo regime, só que em menor grau que os demais relatados anteriormente.

A segunda pergunta indagava se existia “alguma orientação especial na universidade e na biblioteca que afetou a senhora como professora e bibliotecária?” Formulei esta pergunta porque a circulação da informação na época da ditadura era rigidamente controlada, com a desculpa de se evitar a infiltração da propaganda comunista, e isto de certa forma atinge o trabalho do profissional que se vê, na maioria das vezes, pressionado e cerceado na execução da sua função.

Para a bibliotecária Jussara, não houve nenhuma orientação que a afetasse como profissional. Já para a professora Evangalina houve “não orientações, mas imposições que afetaram direta ou indiretamente”. Porém, não cita quais seriam estas mudanças no âmbito do profissional bibliotecário, preferindo falar sobre os acordos educacionais feitos em conjunto com os Estados Unidos que submeteram o ensino universitário à formação de “capital humano”, além de facilitar o controle institucional e governamental sobre alunos e professores.

A questão três questionava se “houve cerceamento no trabalho de bibliotecária?” já que Castro no item 4.4 do trabalho cita o decreto 1077 que oficializara a censura no país, o que provavelmente contribuiu para prejudicar o trabalho do bibliotecário no seu todo desde a seleção até a liberação das obras para consulta. No entanto, para Jussara, não houve cerceamento. Ela pelo me-

nos não relata nenhum. Para Evangelina, não houve um cerceamento diretamente. “O que houve foi uma impossibilidade de adquirir obras ‘censuradas pelos militares’”.

A questão quatro perguntava: “Qual era ou eram as suas estratégias de resistência frente aos atos dos militares?” Formulei essa pergunta pela importância de se saber qual foi o papel representado pelo bibliotecário durante o regime. Para Castro e Ribeiro, mencionados no item 4.4 deste trabalho, não temos como saber ao certo se houve um posicionamento de maneira unânime por um dos lados, acreditando que existiram os dois lados: um que foi conivente e outro que tentou, de certa forma, preservar as suas coleções da força policial e da censura.

De acordo com Jussara, não havia estratégias. Já Evangelina acredita que “não havia estratégia individual que surtisse efeito”. O que ela fazia era tornar público aos seus alunos, através de análises e críticas, o comportamento abusivo dos militares em todos os setores atingidos pelo regime.

A pergunta cinco remete à existência de “alguma lista com livros proibidos?” Pois Manguel, como vimos no item 3.1.6, relata inúmeros casos de livros banidos do acervo, seja por motivo político ou moral, ou mesmo sem critério nenhum ou conhecimento do teor das obras, banindo-se livros desde a cor da capa (vermelha), origem dos escritores (russos), até obras com palavras suspeitas no título (camarada, vermelho), etc.

A primeira depoente, Jussara, nos relata o caso de alguns livros encadernados em vermelho da Faculdade de Arquitetura, que foram, por ordem da direção, recolhidos do acervo, pois tinha-se receio de que relacionassem essas obras ao comunismo. A segunda depoente, nessa questão, não fala de um ou outro livro propriamente, mas de nomes de escritores de esquerda que desapareciam de circulação.

A sexta pergunta: “Como funcionava o acesso aos livros. O usuário tinha livre acesso ao acervo ou precisava solicitar o material desejado a(ao) bibliotecária(o)?” Tinha como finalidade verificar se a rotina das bibliotecas foi alterada em função do golpe. Ambas as entrevistadas responderam que sempre houve livre acesso. Não havendo alterações significativas no trabalho técnico do bibliotecário.

A sétima pergunta, “Como era percebida a ideologia comunista dentro da universidade?”, foi formulada no sentido de entender como se davam as relações entre funcionários, alunos, professores no que concerne às questões políticas e ideológicas presentes no dia-a-dia da universidade.

Para a professora e bibliotecária Jussara, a ideologia comunista dentro da universidade era vista como uma coisa muito ruim. “Para quem pensava um pouco, ela poderia ser uma grande opção para um país pobre, mas quem estava no poder da reitoria promulgava que ele era uma coisa do

mal.” Ou seja, as pessoas que estavam na direção da reitoria foram todas escolhidas pelo regime militar, sendo por isso pessoas de extrema direita. A depoente relata que nunca advogou nada pelo comunismo, mas tinha consciência de que não era aquela “aberração” que eles vinculavam e queriam que as pessoas acreditassem.

A professora e bibliotecária Evangelina, fornecendo uma visão mais pessoal sobre o comunismo compartilhada com colegas e alunos contrários ao regime estabelecido, percebia no comunismo uma chance para mudar as estruturas políticas e sociais do país, no sentido de transformar a sociedade para melhor. Visão esta, como já foi dito, não compartilhada pela reitoria da universidade. O que leva a crer que havia uma certa divisão na universidade em relação às ideias difundidas entre alunos, professores e funcionários.

Na oitava questão, pergunto “Existia algum censor dentro da sala de aula ou biblioteca? Se existia, como era percebida a sua presença?” já que a fiscalização das universidades sempre foi uma preocupação do regime militar, de acordo com Carneiro (2002).

Segundo Jussara, havia um coronel no gabinete do reitor (ela sabe até o nome, mas não quis dizer), ele era um “...dedo-duro”. Ela não sabia dizer com certeza se aquela determinada pessoa que frequentava a biblioteca era ou não um informante. Ela nunca conseguiu identificar quem seria esta pessoa, mas reitera que, “certamente haveria um usuário, haveria um funcionário que havia sido cooptado por eles... para passar as informações.”

A professora Evangelina confirma a existência de agentes, mas também diz que não eram identificáveis (a princípio), que só com o tempo se podia reconhecer e denunciar tais indivíduos entre os estudantes contrários ao golpe. “Na Biblioteconomia sabia-se quais os alunos e professores eram favoráveis ao golpe, mas, diretamente, não percebemos nenhum dedo-duro.”

A questão número nove — “Como era realizada a indexação de assuntos, quanto a palavras com forte sentido político ou moral?” — foi formulada a fim de verificar se termos como “guerrilha”, “golpe de 64”, etc. eram evitados nos catálogos das bibliotecas, como afirma Lucas, já citado no item 4.4.

A primeira depoente, Jussara, não acredita que possa ter havido algum tipo de restrição na escolha dos cabeçalhos, e que, se houve, foi mais no âmbito de cursos como Filosofia. Mas indagada por mim a respeito do uso, nos catálogos, da palavra “revolução” ao invés de “golpe”, ratifica: “a gente usava ‘revolução de 64’; ‘golpe’ a gente nunca usou, não”.

A segunda depoente, Evangelina, sempre procurou colocar cabeçalhos bem expressivos, não se importando se eles, de alguma forma, atingiam o regime, a moral ou os Estados Unidos, principal colaborador e financiador do golpe de estado no Brasil.

A questão número dez perguntava se “Havia algum tipo de restrição no processo de seleção de livros para a aquisição?” De acordo com Castro, abordado no item 3.1.6 do trabalho, foi na década de 70 que a censura a livros e periódicos intensificou-se, provavelmente impedindo que certas obras fossem cotadas para aquisição.

Jussara respondeu que no setor onde ela trabalhou não houve restrição, mas é possível que tenha havido nas bibliotecas da área das ciências humanas, como a Filosofia. Já para a professora Evangelina, “a restrição referia-se ao fato de certas obras serem impossibilitadas de circular, pois estavam censuradas pelos militares”.

A questão número onze serve como um complemento à questão dez e indaga se “Existia algum decreto, lei que determinava que a divulgação de livros e periódicos nacionais e importados em todo o país ficaria subordinada à verificação prévia da Polícia Federal?” Elaborei essa pergunta em função do decreto 1077 que censurava livros e periódicos considerados “subversivos”.

Jussara disse não ter conhecimento sobre esse decreto, perguntando se existiu. Respondo afirmativamente, colocando como exemplo o livro “A mandrágora”, de Maquiavel, que encontrei no Departamento de Artes da UFRGS com o carimbo da Polícia Federal em todas as páginas. A depoente diz que nunca percebeu nenhum carimbo nas obras que catalogava, mostrando-se bem surpresa com este fato. Evangelina disse não ter certeza se havia algum decreto específico, mas acha que a censura estava inserida no AI-5. E de fato estava, estendendo-se à imprensa, à música, ao teatro e ao cinema.

A décima segunda questão era: “A senhora chegou a esconder livros em casa ou em algum outro lugar para evitar que eles fossem apreendidos? Sabe de alguém que se utilizou desse subterfúgio?” Essa pergunta foi formulada pois é muito comum na gestão de regimes totalitários a destruição de obras como fator de “higiene”, para evitar a propagação de elementos considerados subversivos, como afirma Leitão no item 3.1.6 deste trabalho.

A primeira interrogada respondeu que nunca precisou e também não conhece ninguém que tenha feito. Já a segunda interrogada afirma que, por ocasião do golpe, ela e mais uma colega tiraram de circulação todas as obras consideradas “subversivas” e infelizmente, algumas tiveram que ser queimadas. Também relata a invasão da casa do escritor Reynaldo Moura pelos militares, que “retiraram livros, rasgaram e deixaram a biblioteca em petição de miséria. Até ‘A capital’, obra de Eça de Queirós foi retirada.” Provavelmente os militares confundiram essa obra com a obra “O Capital” de Marx, o que seria considerado ridículo, se não fosse trágico, demonstrando a ignorância por parte dessas pessoas em relação ao conteúdo das obras por elas embargadas.

A décima terceira pergunta retoma a questão relativa ao comportamento do bibliotecário durante o regime: “De que modo a senhora percebia o comportamento dos demais colegas de profissão frente ao golpe de 1964?”

A primeira depoente resume a resposta em apenas uma palavra “alienação”, ninguém participava de nada relacionado à política, pois havia muito medo entre os colegas de profissão. A segunda depoente também respondeu “alienação” e até conivência de certos colegas com o golpe, a fim de evitar “o perigo comunista”.

A pergunta quatorze — “Qual foi o papel representado pela biblioteca universitária, em um sentido geral, durante o regime militar de 1964?” — foi elaborada porque a biblioteca universitária é a principal detentora do conhecimento produzido no país, e por esse motivo sempre foi alvo de regimes totalitários que visavam o controle desse saber.

Jussara relata que ela não teve nenhum papel importante, já que o silêncio, em função do medo de represálias, predominava. Para Evangelina, ela também não representou nenhum papel.

A questão número quinze, “Qual foi a reação, posição do crb, diante do golpe de 1964?”, visou levantar informações a respeito da colocação assumida pelo Conselho Regional de Biblioteconomia em função do golpe.

A primeira entrevistada relatou que participou da primeira gestão do Conselho e que as pessoas que o comandavam eram de extrema direita, favoráveis ao golpe, porque acreditavam que fosse uma coisa boa. E justificavam as perseguições sofridas pelos cidadãos, dizendo: “Ah, ele é comunista, ele era do mal”.

A segunda entrevistada apenas disse que “não houve reação como já era de se esperar”. O que confirma a resposta fornecida pela primeira entrevistada, de que o Conselho manteve-se favorável ao golpe e também o que diz um ditado popular muito conhecido por nós: quem cala, consente!

A penúltima pergunta formulada tem um caráter mais pessoal, com o intuito de saber com que intensidade foi sentido o golpe na vida das duas depoentes: “O que representou para a sua vida pessoal e profissional o golpe de 1964?”

Jussara disse que sempre foi uma pessoa muito falante e participativa. Participou de muitos protestos, passeatas, enfim, presenciou de perto o momento político que o país vivia. Quando foi para os Estados Unidos fazer mestrado, pôde conviver com muitas pessoas amadurecidas politicamente e começou a ler, a se informar sobre o que era o comunismo, o que era o capitalismo, as intervenções norte-americanas, podendo ter uma visão mais realista e amadurecida dos acontecimentos políticos principais. Quando volta para o Brasil, consegue entender a difícil situação em que o país se encontra, onde muitos conhecidos já haviam sofrido de alguma forma, com o golpe e que o

melhor para ela era trabalhar e não se expor, pois o perigo era muito grande. Disse por fim que o golpe a incomodou durante todo o tempo em que ele existiu, porque tinha que cuidar o que falava, com quem falava, onde falava, etc.

Para Evangelina, foi muito doloroso e decepcionante, pois vivia-se uma época de possíveis reformas e mudanças na estrutura social do país, que acabaram por ser abafadas pelo golpe instaurado.

O que se pode perceber, principalmente na primeira resposta (Jussara), é que se vivia como no romance de George Orwell, “1984”, onde todo e qualquer movimento era vigiado, toda e qualquer tentativa de reação, sufocada. O medo era o principal ator da situação que se vivia.

A última pergunta, também de caráter pessoal, propõe uma autoavaliação para cada entrevistada: “Como a senhora vê e reflete hoje as atitudes assumidas pela senhora na época?”

Jussara acredita que o mal foi ter ficado calada, como a maioria das pessoas de sua geração ficou, virando a indiferença que nós temos hoje em relação às coisas coletivas, e as pessoas vivendo de forma egoísta, preocupadas com o seu “mundinho”, numa espécie de egocentrismo gradual. Afirma que a segunda pior coisa, além das mortes e perseguições, foi a corrupção dos militares, seguida hoje pela corrupção dos civis que governam o país. Em suma, o dano maior foi a falta de atitude por nossa parte e a falta de ética, de moral por parte dos militares.

Evangelina disse que não pode fazer uma análise de suas atitudes sem incorrer em erros, mas acredita que procedeu de acordo com suas ideias, lutando o que pôde pela redemocratização do país, deixando no ar a dúvida se teria condições de ter feito mais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui apresentada teve a intenção de trazer à luz as estratégias de controle da informação armazenada nas bibliotecas da UFRGS e o controle sobre a própria instituição pelo regime militar de 1964 a 1985. Através dos relatos aqui apresentados e com base na contextualização teórica que fundamenta este trabalho, pôde-se atingir, através da análise das informações coletadas, os objetivos propostos no início da investigação.

Como é possível concluir, através da leitura do trabalho, as estratégias de controle utilizadas foram muitas, desde as fundamentadas na forma de leis (Decreto 1077, AI-5), até as mais truculentas e ilegais (invasões a domicílios, destruição e apreensão de obras ou qualquer outro material considerado subversivo).

A rotina das bibliotecas, num sentido geral, não foi modificada, permitindo-se o livre acesso dos usuários às estantes. Em relação à indexação de obras com forte sentido político ou moral, foi possível afirmar que houve restrições a certos termos, como “golpe de 64” substituído por “revolução de 64”, digamos mais condizente com o que o novo governo se autodenominava.

Em relação à atuação do bibliotecário durante o período, pode-se dizer que a maioria manteve-se calada, alienada em relação ao que acontecia no país. Mas também tivemos bibliotecários (poucos) que procuraram, através da omissão de obras, livrar as mesmas da repressão policial.

Pode-se concluir que as duas entrevistadas lutaram, cada uma do seu modo, para manter a circulação de informações livre das mãos dos militares, procurando demonstrar sempre que possível a sua indignação e descontentamento com as imposições e medidas tomadas pelo regime então estabelecido.

Este trabalho pretendeu esclarecer para o público leitor o nível de influência e poder que um regime totalitário pode exercer no cerceamento do conhecimento. Ele é importante por ser uma das poucas pesquisas que tratam do assunto, já que também a escassa bibliografia referente ao tema “censura na biblioteca no período militar” dificulta um pouco a abordagem e escolha por esse tipo de assunto.

Em relação à prática da indexação, notei que, ao descrevermos uma obra, muitas vezes a limitamos a certos assuntos que nem sempre a expõem na sua totalidade, excluímos sem perceber palavras que são importantes para expressar o seu conteúdo, ou então a descrevemos equivocadamente, fornecendo uma visão distorcida do que ela realmente representa. É preciso ter muito cuidado para que nós bibliotecários não nos deixemos levar pela nossa autocensura, através de

preconceitos, moralismos, gostos pessoais que podem ultrapassar o subconsciente e se expressar através de termos na indexação dos materiais informacionais. É difícil, mas é preciso manter o máximo possível de imparcialidade ao detalhar uma obra, pois não nos cabe julgar o assunto ali tratado, e sim representá-lo em sua realidade.

Referindo-me em especial ao item que trata do papel do bibliotecário na ditadura militar, percebi como é importante da nossa parte uma defesa e um posicionamento sempre a favor das liberdades individuais, da democratização da leitura e do acesso ao conhecimento, da possibilidade de abrir caminho para o novo, procurando não se deixar influenciar por qualquer tipo de ideia pré-concebida, preconceito ou atitudes arbitrárias por parte de um indivíduo, de uma sociedade ou de um estado. É preciso ter claro o nosso papel de disseminadores e incentivadores de velhos e novos saberes, sempre lutando para que o conhecimento produzido seja conservado e aproveitado pelas inúmeras gerações aqui presentes e que ainda estão por vir.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Profissional da Informação: entre o espírito e a produção. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim. **Profissionais da Informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **História Moderna e Contemporânea**. 10. ed. São Paulo: Ática, 1979.

ARRUDA, Susana Margaret; CHAGAS, Joseane. **Glossário de Biblioteconomia e Ciências Afins**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

BÁEZ, Fernando. **História Universal da Destruição dos Livros: das tábuas da Suméria à guerra do Iraque**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 5. ed. Brasília: Ed. da UnB, 2000.

BRASIL NUNCA MAIS. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros Proibidos, Idéias Malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas**. 2. ed. ampl. São Paulo: FAPESP, 2002.

CASTRO, César Augusto. Produção e circulação de livros no Brasil: dos jesuítas (1550) aos militares (1970). **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, n. 20, 2º semestre de 2005, p. 92-103.

CASTRO, César Augusto; RIBEIRO, Maria Solange Pereira. As contradições da sociedade da informação e a formação do bibliotecário. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 41-52, jan/jun. 2004.

DAMASIO, Edilson. O papel das bibliotecas universitárias e da informação para indústria e negócios conforme a “Lei de inovação” no contexto científico e tecnológico. In: **XIII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias – SNBU**, 2004, out. p. 17-23.

DODEBEI, Vera Lucia. [et al.]. Bibliotecas universitárias brasileiras: uma reflexão sobre seus modelos. In: **VI Ciclo de Estudos em Ciência da Informação**, 1998, Rio de Janeiro, XI CECL, 1998.

ENCICLOPÉDIA de **Guerras e Revoluções do Século XX**: as grandes transformações do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

ENCICLOPÉDIA **Mirador Internacional**. São Paulo: Melhoramentos, 1987.

FERREIRA, Marieta de Moares; AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GERMANO, J. Willigton. **Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler**. São Paulo: Cortez, 1982.

GRANDE Enciclopédia **Delta Larousse**. Rio de Janeiro: Delta, 1980.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **História Contemporânea da América Latina: 1960-1990**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

HOBSBAWM, E. J. **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello; LIMBERTO, Andrea. **Censura às Bibliotecas e Controle da Informação pela Ação de Regimes Totalitários**. São Paulo: ECA USP, 2007.

LODI, João Bosco. **A Entrevista: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1974.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. **Leitura e Interpretação em Biblioteconomia**. Campinas: Unicamp, 2000.

MANGUEL, Alberto. **A Biblioteca à Noite**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

PADRÓS, Enrique Serra. Elementos do terror de Estado implementado pelas ditaduras de segurança nacional. In: _____ (Org.) **As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul**. Porto Alegre: Corag, 2006. P. 15-22.

PAZZINATO, Alceu Luiz; SENISE, Maria Helena Valente. **História Moderna e Contemporânea**. 12. ed. São Paulo: Ática, 1998.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente?** Projeto História. São Paulo, n. 14, 1997.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.

RIOS, Kênia de Souza. História oral: que história é essa? **Cadernos do CEOM**. Chapecó, Argos, n. 12, 2000.

SANTOS, Gildenir Carolino; RIBEIRO, Célia Maria. **Acrônimos, Siglas e Termos Técnicos: arquivística, biblioteconomia, documentação, informática**. Campinas: Átomo, 2003.

SILVA, Hélio. **1964: vinte anos de golpe militar**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

SOARES, Alcides Ribeiro. **A Ditadura e seu Legado: subsídios à crítica acerca da ditadura militar de 1964-1985**. São Paulo: Clíper, 2004.

UFRGS: identidade e memórias: 1934-1994. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994.

UNIVERSIDADE e **Repressão: os expurgos da UFRGS**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. A Guerra Fria. In: **O Século XX: o tempo das crises, revoluções, fascismos e guerras**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

WASSERMAN, Claudia. O golpe de 1964: tudo o que se perdeu. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org.) **As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul**. Porto Alegre: Corag, 2006. P. 55-61.

WASSERMAN, Claudia. O Império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil. In: **Ditaduras Militares na América Latina**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. P. 27-43.

ANEXO A – ENTREVISTA COM JUSSARA SANTOS

Segue abaixo a entrevista realizada com a professora e bibliotecária Jussara Pereira Santos, no referido local e período: Porto Alegre, 29 de setembro de 2009.

1) *A senhora identifica mudanças na universidade e nas bibliotecas universitárias após o golpe de 1964?*

Não, quer dizer, até um pouco, porque como havia muita censura, não é? Nós temos episódios de certos livros que tiveram que ser recolhidos do acervo, não puderam mais constar. Tem um caso que foi hilário, que era alguns livros encadernados em vermelho que estavam na Faculdade de Arquitetura e que, por ordem da direção, foram guardados, porque houve receio de que achassem que eram livros vermelhos do comunismo, quer dizer, existia toda uma paranoia do medo, tá? Então com isso... as rotinas eram as mesmas, mas a gente não vivia uma época tão à vontade como antes, por causa do golpe.

Então, viviam com receio?

Com receio, certamente a gente vivia com receio.

2) *Houve alguma orientação especial na universidade e na biblioteca que afetou a senhora como professora e bibliotecária?*

Bom, naquela época eu não era professora.

Não ainda, mas e como bibliotecária, afetou a senhora alguma orientação especial?

Não. Nenhuma orientação especial.

3) *Em que medida a senhora pode afirmar que houve cerceamento no trabalho de bibliotecária?*

Ah, não houve. De bibliotecária, não houve.

Com a senhora pelo menos...

4) *Qual era ou eram as suas estratégias de resistência frente aos atos dos militares?*

Não existia estratégia alguma. Pelo menos, eu não relato nenhuma.

5) *Existia alguma lista com livros proibidos?*

Não, só os de capa vermelha da Faculdade de Arquitetura [risos]. É possível que lá no *campus*, na Faculdade de Filosofia... Ainda não existia *campus*, na verdade eu me antecipei um pouco, o *campus* veio depois. Aqui no Centro, por exemplo, nós sabíamos de pessoas como o professor Ângelo Ricci¹ que foram cassadas, nós tínhamos clientes da biblioteca que foram cassados, então era uma insegurança muito grande. O cerceamento não era por escrito, mas vivia-se uma época em que a gente sabia que o professor tal foi preso, que o Fulano tal foi preso, funcionários, colegas de faculdade desapareceram. Na verdade, vivia-se com muito medo, mas nada por escrito, era o medo da situação.

Medo psicológico?

É, porque tinha uma pessoa que estava sempre com a gente e de repente não estava mais, como o professor Ângelo Ricci, que foi um dos maiores filósofos que a gente já teve e que de repente ele é preso, torturado, e a gente não sabe por quê. E quando a gente não sabe o porquê, o medo bate, a fantasia bate... O que será que aconteceu com ele, né? Nós tínhamos medo.

6) *Como funcionava o acesso aos livros. O usuário tinha livre acesso ao acervo ou precisava solicitar o material desejado a(ao) bibliotecária(o)?*

Não, sempre livre acesso. Isso foi uma política da UFRGS, que sempre teve livre acesso.

7) *Como era percebida a ideologia comunista dentro da universidade?*

Ah, como uma coisa muito do mal.

É?

É. Era assim, quer dizer, vamos colocar em termos: para quem pensava um pouco, ela poderia ser uma grande opção para um país pobre, mas quem estava no poder da reitoria promulgava que ele [o comunismo] era uma coisa do mal, tá? Tipo aquela alusão que se fazia “os comunistas comem criancinhas” [risos]... Era uma coisa tão ridícula nesse ponto, que eles eram do mal, que eles faziam isso... Eu tive uma colega que ela dizia assim: “não, se eles vêm, vão encher de pobre a minha casa” [risos], como se quem tem mais tem que dar para quem tem menos. Uma coisa completamente assim absurda, fora da dimensão, tá? Então vê que as pessoas que foram os diretores, essas pessoas foram todas escolhidas pelo governo revolucionário. Então eram pessoas de extremíssima direita

¹ O professor Ângelo Ricci fora aposentado compulsoriamente por recusar a colaboração com a ditadura, enquanto era diretor da Faculdade de Filosofia da UFRGS.

e só podia ser, e se eles eram assim, eles consideravam que o outro lado, que era o lado comunista, era muito ruim. Agora, poucas pessoas, inclusive eu, nós sabíamos que não era. A gente tinha esse conhecimento, mas a gente tinha que calar, a gente precisava calar. Então eu nunca advoguei nada pelo comunismo, apesar de achar que não era bem assim, eu já tinha morado nos Estados Unidos, eu sabia o que era o lado de lá. Não conhecia nada comunista, mas de leitura, de convívio com pessoas a gente tinha uma ideia que não era aquela aberração.

A senhora procurou se informar a respeito?

Não, porque foi mais ou menos natural. Com o convívio das pessoas a gente vai adquirindo conhecimento, passa a ler, se informa. As minhas leituras foram de ordem natural.

A senhora quis mesmo saber?

É, tu te interessa, vai conversando.

8) *Existia algum censor dentro da sala de aula ou biblioteca? Se existia, como era percebida a sua presença?*

Não. Existia uma pessoa no gabinete do reitor que era um coronel do exército e que ele era um “dedo-duro”. Sei até o nome, mas nem vou dizer [risos].

Não, a senhora só fala se a senhora quiser.

Sim, claro... Então, a gente não sabia a que ponto aquela pessoa que costumava ir na biblioteca era um informante dele [do reitor]. Eu nunca percebi, dentre as pessoas que estavam ali, usuários e funcionários, mas certamente haveria um usuário, haveria um funcionário que havia sido cooptado por eles, né? Por esta pessoa, para passar as informações. Era chamado “dedo-duro”. E essa pessoa foi talentosa, se disfarçou de cordeiro e eu não percebi, foi bem discreto, disfarçou bem.

9) *Como era realizada a indexação de assuntos, quanto a palavras com forte sentido político ou moral?*

Olha, a biblioteca onde eu trabalhava, primeiro na Faculdade de Medicina e depois aqui, na Biblioteca Central, o nosso acervo era de referência. Então essa questão seria mais dentro da Faculdade de Filosofia, onde existia os cursos de Política, Sociologia, então essa parte seria mais ali. Eu não acredito que tenha havido algum tipo de cerceamento, elas poderiam pôr cabeçalhos que julgavam corretos. Eu nunca ouvi falar.

Porque eu lembro de um livro, quando eu estava fazendo o projeto, e o livro era “Leitura e Interpretação em Biblioteconomia” em que a autora relata que palavras como comunismo, guerrilha eram tiradas do catálogo.

Isso eu jamais soube.

E também quando iam falar sobre o golpe de 64, não se referiam à palavra “golpe”, e sim à “revolução” de 64. Não usavam a palavra “golpe”.

Ah, não, nós também. A gente usava “revolução de 64”. “Golpe” a gente nunca usou, não. Porque golpe é pejorativo, diziam que era, e eles mascaravam como se fosse uma revolução, alguma coisa para nos salvar das “garras do comunismo”.

A senhora lembra se temas como feminismo, homossexualismo eram tratados?

Não... Eu não posso te afirmar nem que sim, nem que não, porque eu nunca lidei nessa área. A essa época que nós estamos nos referindo, não existia sistema de bibliotecas. Cada biblioteca era uma ilha. Nós não formávamos um arquipélago. Não existia comunicação, uma não sabia da outra. Justamente quando eu criei a Biblioteca Central foi para começar a coordenação das bibliotecas, para estabelecer a relação entre elas, fazer uma catalogação semelhante, usar as mesmas coisas, começar políticas idênticas. Porque até então eram ilhas e como ilhas, eu ali naquele serviço de biblioteconomia e documentação, eu cuidava de mim. Aí, com a Biblioteca Central, nós começamos a expandir para formar então uma rede, um sistema mesmo de bibliotecas que é o SBU² hoje, né? Então essa parte da revolução que foi a pior, que foi justamente a de 68, quando veio o AI-5³, as bibliotecas eram ilhas, as pontes não existiam ainda, então o que acontecia na biblioteca da minha colega eu não sabia, porque eu tinha que trabalhar ali, naquele meu setor. Só quando se criou a Central é que a gente passou a ter uma integração. Então eu não sei te dizer, assim, se houve. No meu setor eu não lidava com isso, tá?

Tá.

10) *Havia algum tipo de restrição no processo de seleção de livros para aquisição?*

No meu setor, absolutamente não. É possível que nas bibliotecas setoriais. O que eu te digo é que o grande foco era a Faculdade de Filosofia, lá é que poderia ter coisas acontecendo.

11) *Existia algum decreto, lei que determinava que a divulgação de livros e periódicos nacionais e importados em todo o país ficaria subordinada à verificação prévia da Polícia Federal?*

Que eu soubesse, não. Existiu?

² Sistema de Bibliotecas Universitárias.

³ O Ato Institucional nº5 ou AI-5 foi o quinto de uma série de decretos emitidos pelo regime militar brasileiro nos anos seguintes ao golpe militar de 1964. O AI-5, sobrepondo-se à Constituição de 24 de janeiro de 1967, bem como às constituições estaduais, dava poderes extraordinários ao presidente da república e suspendia várias garantias constitucionais.

Existiu. Inclusive, eu peguei por acaso um livro no Departamento de Artes da UFRGS, alguns anos atrás, “A Mandrágora”⁴, que tinha o carimbo da censura em todas as páginas com os dizeres: “censurado pela Polícia Federal”.

Mas que interessante...

Ê, eram mais visadas as áreas da Artes, Filosofia, como a senhora falou.

Eu nunca percebi carimbo. Eram muitas as obras importadas, e eu nunca percebi, nunca realmente vi. Estou bem surpresa.

12) A senhora chegou a esconder livros em casa ou em algum outro lugar para evitar que eles fossem apreendidos? Sabe de alguém que se utilizou desse subterfúgio?

Não.

Nunca precisou?

Nunca precisei.

Não conhece ninguém?

Não conheço ninguém que tenha feito.

13) De que modo a senhora percebia o comportamento dos demais colegas de profissão frente ao golpe militar de 1964?

Alienação.

Ê?

Fica quieto, não fala, não existe. Era assim que nós nos comportávamos, era assim. Porque era muito ameaçador, havia muito medo, a gente não participava de nada, e boca muito fechada.

Então não se falava de política?

Não. Nas nossas reuniões era assunto de trabalho, e só.

Era muito medo?

Muito medo. Era assim ó, caladinha. Eu nunca soube de nenhum colega que participasse de nenhuma atividade contra-revolucionária, que desse abrigo para alguém ou ajudasse de alguma forma. Que eu soubesse, não.

⁴ Peça de teatro escrita em 1503, pelo italiano Nicolau Maquiavel.

14) *Qual foi o papel representado pela biblioteca universitária em um sentido geral, durante o regime militar de 1964?*

Pois sabe que se a gente estava quieto, calado, nós não tínhamos nenhum papel importante. A gente ficou ó...[a entrevistada imita o gesto de fechar a boca com os dedos].

Neutro?

Boca fechada, só. Ficou neutro. Porque a tendência era se proteger pessoalmente e com isso as bibliotecas continuaram como se o mundo fosse bom, normal.

Como num faz-de-conta?

Como num faz-de-conta.

15) *Qual foi a reação, posicionamento do CRB (Conselho Regional de Biblioteconomia) diante do golpe militar de 1964?*

Olha o CRB, na década de 60, ele era absolutamente recém-nascido, tá? Porque a nossa lei⁵ é de 62, 65. O decreto⁶, ele foi criado mesmo em 65, e o golpe já está aí em 65 e as pessoas que comandavam o Conselho eram pessoas de carreira. Já eu, eu estava na primeira gestão, eu era a pessoa mais jovem lá dentro, né? E as pessoas que estavam eram todas bibliotecárias já com 15, 20 anos ali ou no ensino. Para mim, havia uma distância de idade muito grande delas, porque nessa época eu tinha 24, 25 anos, e elas eram pessoas da direita, absolutamente da direita, completamente da direita, totalmente da direita, sabe? [risos]. Então assim, quando eu ouvia, percebia alguma coisa, era sempre muito favorável à revolução. E as perseguições eles diziam: “ah, ele é comunista, ele era do mal”, sabe?

Então eles justificavam aquela perseguição política...

É. Como necessária.

A pessoa era merecedora daquilo?

É mais ou menos por aí. Quando se percebia alguma coisa, e todos eram muito discretos e falava-se muito pouco sobre isso... Mas as pessoas que estavam lá no Conselho eram muito a direita sabe, muito mesmo, então não houve nada assim, para proteger o cidadão que não fosse da direita ou um bibliotecário perseguido.

Houve um claro posicionamento pelo golpe, mesmo?

⁵ Lei 4.084/62 – Lei do Bibliotecário. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula o seu exercício, de 30 de junho de 1962.

⁶ Decreto nº 56725, de 16 de agosto de 1965. Regulamenta a lei 4.084/62 supracitada.

Pelo golpe. Não saiam dizendo “viva, viva o golpe” mas também acreditavam que fosse uma coisa boa.

Até porque eu li a respeito que foi dado um maior incentivo a esses cursos superiores como a Biblioteconomia.

Em que sentido?

Ah, porque pararam de dar incentivo a cursos como a Filosofia, Sociologia, considerados uma ameaça.

Ah, sim, porque era considerado assim, um curso inofensivo, um curso para moças, que ou são professoras ou são bibliotecárias, porque são profissões assim, vamos dizer, inocentes, que não apresentavam riscos, que a pessoa vai lá arrumadinha etc. e tal [risos].

Era um estereótipo?

É, um pouco.

16) *O que representou para a sua vida pessoal e profissional o golpe de 1964?*

Bem, eu sempre fui uma pessoa muito falante, muito participativa. Enquanto acadêmica, como o nosso curso de Biblio era junto à Faculdade de Ciências Econômicas... Então ouvir aquelas pessoas ali, colegas a falar das teorias econômicas, a falar de “O Capital”⁷, para mim era uma glória, uma glória geral, tá? E eu me empolgava muito com aquele discurso deles e participei de muita passeata, de muito protesto, fugi muito da polícia [risos]. Então, como eu participava de muitos movimentos e se vivia um momento de anarquismo no Brasil... Por exemplo, o Jango⁸, aqueles movimentos da legalidade⁹, tudo aquilo eu participei, a gente corria lá para cima e aprontava confusão. Então, quando veio a revolução, foi muito complicado calar a boca. E na verdade eu tive sorte que foi em 64, 65 que eu fui para os Estados Unidos fazer mestrado e aí eu acho que eu amadureci muito, eu deixei de fazer um monte de cianice que eu fazia. Claro, quando a gente é jovem faz muita coisa sem pensar. Lá eu tive a sorte de conviver com muitos chilenos, que é um povo politicamente muito maduro, de pessoas muito inteligentes, então eu aprendi muito com aquelas pessoas. O comunismo era muito forte no Chile. Eu tinha uma colega que a irmã dela era filiada ao

⁷ É um conjunto de livros de Karl Marx, como crítica ao capitalismo. Muitos consideram essa obra o marco do pensamento socialista marxista.

⁸ João Belchior Marques Goulart (1919 – 1976), foi presidente do país, de 1961 a 1964.

⁹ Foi um episódio da história política brasileira que ocorreu após a renúncia de Jânio Quadros da presidência do Brasil em 1961, em que diversos políticos e setores da sociedade defenderam a manutenção da ordem jurídica, que previa a posse de João Goulart. Outros setores da sociedade, notadamente os militares, defendiam um rompimento na ordem jurídica, o impedimento da posse do vice-presidente e a convocação de novas eleições.

partido comunista, era militante mesmo, de carteirinha. Com o golpe¹⁰ ela foi perseguida, ela teve que fugir para a África com a família... Essas coisas muito tristes. Então o que eu quero te dizer é o seguinte: pessoalmente, eu, enquanto acadêmica, abre aspas “eu fui revolucionária esquerdista sem que eu soubesse o que eu estava fazendo”, um pouco coisa de juventude. Depois nos Estados Unidos, eu convivi com pessoas muito boas, muito importantes e aí eu comecei essa fase de leituras, de pensar por mim mesma e de comparar as coisas. Então o golpe para cá, já me fez entender quando eu volto para o Brasil que as coisas estavam muito feias por aqui e que muitos conhecidos já haviam sofrido com a tal da revolução, e que o melhor era trabalhar corretamente e não se expor.

Sim. O perigo era muito grande?

O perigo era muito, muito grande [ênfase]. Eu tinha uma certa cobertura, porque como eu tinha ido para os Estados Unidos, teoricamente eu era muito de direita.

Achavam então?

Claro, porque o que aconteceu, essas bolsas que levaram esses jovens para os Estados Unidos eram bolsas que pegavam líderes. Então das várias maneiras que ele usou para estender a sua influência, firmar a sua influência, uma delas foi pródiga em levar pessoas jovens que fossem líderes e que se contaminassem com o “American way of life”¹¹ e que ao retornar seriam propagandistas do regime norte-americano; e que entusiasmados com o que tinham visto sempre fossem favoráveis a ele. Comigo não funcionou, comigo realmente não funcionou, porque como eu era, digamos, meio rebelde, antes de ir para os Estados Unidos, lá eu convivi com essas pessoas, e essas pessoas eram mais maduras do que eu, mais cultas politicamente, tinham posições bem definidas e eram pessoas de mais idade do que eu. Então elas foram assim, muito importantes e aí eu comecei a ler e a perceber que toda moeda tem dois lados, e que não é bem assim.

Então a senhora pôde fazer uma reflexão?

Sim, sobre o que era o comunismo e o capitalismo e essa coisa toda. E na verdade comigo o tiro dos americanos saiu pela culatra, porque nós já tínhamos os problemas com Cuba¹², a invasão de Cuba, nós já tínhamos o Kennedy¹³, aquele rolo todo que estava na época acontecendo. E a gente

¹⁰ O golpe de estado de 11 de setembro, ocorrido no Chile em 1973, consistiu na derrubada do regime democrático constitucional do Chile, e de seu presidente Salvador Allende, tendo sido articulado conjuntamente por oficiais sediciosos da marinha e do exército chileno, com o apoio militar e financeiro do governo dos Estados Unidos e da CIA, bem como de organizações terroristas chilenas de tendências nacionalistas-neofascistas, tendo sido encabeçado pelo general Augusto Pinochet, que se proclamou presidente.

¹¹ Estilo de vida americano.

¹² A revolução cubana foi um movimento popular, que derrubou o governo do presidente Fulgêncio Batista, em janeiro de 1959. Com o processo revolucionário foi implantado em Cuba o sistema socialista, com o governo sendo liderado por Fidel Castro.

¹³ John Fitzgerald Kennedy (1917-1963), foi o 35º presidente dos Estados Unidos de 1961 a 1963.

sempre analisava nas nossas conversas lá: “olha aqui o que eles estão fazendo, olha como eles estão cooptando, olha como eles estão calando...” A gente via o americano como que usurpando as liberdades da criatura, em troca de quê? De dinheiro, sempre, né? Porque com o golpe de Cuba eles viam assim, para onde o Brasil vai, irá toda a América Latina, então como se o peso do tamanho do Brasil... E como nós tínhamos um momento de anarquia política, porque o Jango estava fraco e toda aquela circunstância, e aí então eles viram: “ou a gente interfere no Brasil ou então o Brasil daqui a pouco implanta um regime socialista ou comunista”. Já que nós tínhamos o Brizola¹⁴ que era um grande líder. Aí então convenceram os militares a tomar conta do poder, militar gosta. A profissão militar é uma profissão de poder, né? Não tem como não ser. Então cooptaram os militares, fizeram a cabeça. Então te digo assim: pessoalmente, respondendo à tua pergunta, ela [a revolução de 64] me incomodou durante todo o tempo em que ela existiu, porque eu já enxergava as coisas melhores do que quando estudante e não era mais um entusiasmo juvenil, era uma coisa mais madura, e como falante que eu fui, precisei me calar e cuidar aonde e quando falar, porque eu não sabia se a pessoa que estava ao meu lado era um informante daquele coronel.

É, podia estar fingindo...

Podia estar fingindo.

17) *Como a senhora vê e reflete hoje as atitudes assumidas pela senhora na época?*

Eu acho que o mal que a revolução fez ao Brasil, eu não sei se tem retorno, porque isso que eu fiz pessoalmente de calar para me defender, todos os da minha geração fizeram e ensinaram aos filhos através do exemplo a ficar de boca fechada e não batalhar por suas coisas e virou a indiferença que nós temos hoje no país. Disso tudo eu acho que foi a pior coisa. A segunda pior coisa foi a corrupção dos militares. Claro, quando a gente tem poder, é natural que a gente seja meio abusivo, e eles foram muito, muito, muito corruptos! [ênfase] E eles deixaram os civis sem corrupção durante muito tempo e quando a coisa liberou é o que nós temos hoje, porque os militares pediam para coibir os abusos e saíram da revolução sem moral, é ou não é?

Sim.

Então quem é que vai frear o civil nos seus abusos, e aí está o que está.

Sim, claro.

Eu acho que o estado de corrupção que nós vivemos hoje é o verso da moeda sabe, e nós aprendemos não com os militares, eu não entendo que a gente tenha aprendido uma boa lição com

¹⁴ Leonel de Moura Brizola (1922–2004), foi um político brasileiro e principal articulador do movimento da legalidade

eles, uma lição de ética, de patriotismo, não. A lição que nós aprendemos com eles foi: “sou eu quem mando, o poder é meu, é assim que eu quero”. Olha faz o que eu mando se não é o que essas pessoas estão fazendo, os nossos políticos hoje. Quando a gente pensa que o Lula, o presidente Lula vai ter essa atitude ética, não tem.

Infelizmente.

Infelizmente, não tem. Então, quer dizer, a gente tá se frustrando cada vez mais e com a coisa de ficar calada, de não se meter, a gente está nesse egocentrismo. Cada um passou a cuidar da sua vidinha e “pouco me importa” com as coisas coletivas. É horrível, porque fica tudo pouco valorizado. Então eu acho que são duas coisas: esse desinteresse pelo país e o oportunismo que nos foi ensinado pelos militares. Então eu acho que o dano, além das mortes, das perseguições, foi, digamos, de ordem de atitude, de ordem moral muito grande.

ANEXO B – ENTREVISTA COM EVANGELINA VEIGA

Segue abaixo a segunda entrevista, realizada agora com a professora e bibliotecária Evangelina de Azevedo Veiga no referido local e período: Porto Alegre, 17 de outubro de 2009. (A depoente optou por mandar por escrito as respostas das questões formuladas, houve uma leitura conjunta e esclarecimentos de possíveis dúvidas contidas nas respostas.)

1) *A senhora identifica mudanças na universidade e nas bibliotecas universitárias após o golpe de 1964?*

Sim. Mudanças ocorreram com frequência em todos os tempos, mas na maior parte das vezes sem interferir nas estruturas sociais arcaicas, ou então interferir de maneira negativa. Pertencemos a uma sociedade capitalista dependente da grande potência norte-americana, não obstante sua crise atual, e dela recebemos não somente a produção material, mas o que é pior, a produção cultural que após o golpe tornou-se mais visível e mais virulenta. Mas apesar da estrutura arcaica da nossa universidade, antes de 1964, havia no seu interior um pensamento crítico e reflexivo com fins a uma adequação à nova realidade nacional. Este processo não se desenvolveu sem atritos e cisões: de um lado, os defensores de uma universidade livre e democrática, voltada para os interesses nacionais, onde participassem professores, alunos e funcionários; de outro lado, os que não queriam nenhuma mudança, ou por considerá-las uma ameaça às posições conquistadas, ou por não se sentirem capazes de realizá-las. Foi um período de grandes manifestações e grande efervescência. O golpe militar de 1964 desencadeou um processo de denúncias e delações contra os professores e os consequentes expurgos e aposentadorias. Foi o período mais negro da nossa universidade. Foram instituídas comissões especiais de investigações sumárias baixadas pelo MEC, sendo o seu ministro Flávio Suplicy de Lacerda¹⁵.

A universidade ficou sob o domínio dos militares que exigiam a denúncia dos professores “subversivos comunistas”. As delações, muitas vezes feitas por ressentimentos pessoais, eram movidas contra os colegas, sumariamente, os professores eram expurgados ou aposentados sem direito a defesa. A mudança foi radical, atingindo em menor grau os bibliotecários.

¹⁵ Flávio Suplicy de Lacerda (1903-1983), foi engenheiro, professor universitário e político brasileiro. Foi reitor da Universidade Federal do Paraná. Foi ministro da educação no governo Castelo Branco, de 15 de abril de 1964 a 8 de março de 1965, e de 22 de abril de 1965 a 10 de janeiro de 1966. Durante sua gestão no MEC, estabeleceu um acordo de cooperação com a United States Agency for International Development (USAID), que visava transformar o ensino brasileiro num projeto tecnocrático.

2) *Houve alguma orientação especial na universidade e na biblioteca que afetou a senhora como professora e bibliotecária?*

É claro que houve, não orientações, mas imposições que afetaram direta ou indiretamente todos os professores, através não só dos expurgos e denúncias, mas de acordos educacionais com o país imperialista. Fomos perdendo nossa identidade nacional e ficando mais dependentes. Estes acordos e tratados são por demais conhecidos por nós, pois impedem a solução real de nossos problemas. Eles exercem sobre nós, bibliotecários, uma influência que não pode ser ignorada. A biblioteconomia está inserida numa universidade que colhe os subprodutos da indústria cultural imperialista. Entres os acordos educacionais, podemos citar o acordo MEC/USAID de 1968, que submeteu o ensino universitário aos modelos de desenvolvimento dependentes, vinculando-o ao setor econômico para formação de um contingente maior de trabalhadores especializados, com vistas a um crescimento econômico, tecnológico da sociedade brasileira, segundo os padrões da cultura industrial norte-americana. Essa reforma fez da universidade um centro de “capital humano” em continuação ao segundo grau e a dividiu em institutos, e estes em departamentos. Os alunos foram desagregados das turmas para o famoso sistema de créditos. Com essa medida, professores e alunos dividiram-se nos campos, facilitando o controle sobre ambos. Os resultados aí estão: desestímulo de pesquisas atuantes na área das ciências sociais dificultando a criação de uma realidade crítica da nossa sociedade e conseqüentemente a democratização da universidade.

3) *Em que medida a senhora pode afirmar que houve cerceamento no trabalho de bibliotecária?*

Acho que, diretamente, não houve cerceamento no trabalho de bibliotecário. O que houve foi uma impossibilidade de adquirir obras “censuradas pelos militares”. Lembro o nome de Nelson Werneck Sodré¹⁶, historiador marxista de grande cultura e inteligência, cujas obras foram proibidas de circular. Cabe aqui também lembrar a perseguição ignominiosa aos estudantes, muitos mortos e desaparecidos, freis dominicanos que mantinham ligações com Marighella¹⁷ e que os militares tentaram mostrar ao povo serem eles os responsáveis por essa morte. Faziam parte do grupo Frei Betto¹⁸ que foi salvo das torturas físicas por ter um parente militar, sem o saber. Este fato muito atormentou Frei Betto, quando seus companheiros voltavam das sessões de tortura. Frei Tito¹⁹ foi

¹⁶ Nelson Werneck Sodré (1911-1999).

¹⁷ Carlos Marighella (1911-1969) foi um político e guerrilheiro brasileiro, um dos principais organizadores da luta armada para a criação de um estado socialista no Brasil e contra o regime militar a partir de 1964.

¹⁸ Frei Betto, é um escritor e religioso dominicano brasileiro.

¹⁹ Frei Tito (1945- 1974) foi um frade católico brasileiro.

de tal modo torturado pelos “capangas” de Fleury²⁰, na ocasião secretário de segurança, que o levaram à loucura. Foi para a França em busca de um tratamento que o livrasse dos pesadelos com as torturas, acabou se suicidando. Nossos músicos, Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil e Milton Nascimento foram obrigados a exilar-se. O mais grave, neste caso, foi o tratamento hediondo a que foi submetido Geraldo Vandré²¹, principalmente pela composição levada ao festival no qual foi premiado: Para não dizer que não falei de flores. Após isto, exilou-se e tornou-se “perturbado psicologicamente” até proibindo que suas músicas fossem executadas.

4) *Qual era ou eram as suas estratégias de resistência frente aos atos dos militares?*

Frente aos atos dos militares, não havia estratégia individual que surtisse efeito. O que se podia fazer era tomar consciência de todos os atos ditatoriais, analisá-los e criticá-los frente aos alunos.

5) *Existia alguma lista com livros proibidos?*

Não respondo com certeza absoluta, mas os nomes de escritores da esquerda apareciam como “pessoas não-gratas” e realmente desapareciam de circulação. A lista oficial talvez tenha sido veiculada no AI-5, como já foi dito.

6) *Como funcionava o acesso aos livros. O usuário tinha livre acesso ao acervo ou precisava solicitar o material desejado a(ao) bibliotecária(o)?*

Não houve alteração no trabalho técnico do bibliotecário. As bibliotecas de livre acesso mantiveram seu ritmo normal, assim como aquelas que precisavam solicitar o material desejado ao bibliotecário. A censura não chegou a interferir na rotina do trabalho.

7) *Como era percebida a ideologia comunista dentro da universidade?*

Solidariedade, injustiça social, inconformidade com a ordem estabelecida que sempre favorece os mais aquinhoados, em detrimento dos necessitados, desigualdade de oportunidades, reconhecimento que somos todos iguais e, conseqüentemente com os mesmos direitos, indignação com a existência das classes sociais e desvalorização do trabalho operário, denúncia da exploração e da propriedade privada, defesa dos sem-terra, são atitudes inerentes a um socialista. Portanto, em

²⁰ Sérgio Fernando Paranhos Fleury (1933-1979), foi delegado do DOPS de São Paulo. Ficou notoriamente conhecido devido ao seu papel exercido no regime militar.

²¹ Geraldo Vandré, nome artístico de Geraldo Pedrosa de Araújo Dias, cantor e compositor brasileiro.

qualquer reunião, facilmente os comunistas eram identificados, e é claro, também e mais ainda, a leitura condizente com as suas ideias . E para terminar esta resposta transcrevo aqui uma frase do escritor português Almeida Garret²²: “Eu pergunto aos economistas, políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, o abuso à infância, a ignorância crapular, à desgraça irreversível, à penúria absoluta, somente para produzir um rico?”.

8) *Existia algum censor dentro da sala de aula ou biblioteca? Se existia, como era percebida a sua presença?*

Sim, mas não era identificável. Só com o tempo era reconhecido e denunciado entre os estudantes da oposição. Na Biblioteconomia, sabia-se quais os alunos e professores eram favoráveis ao golpe, mas diretamente, não percebemos nenhum dedo-duro.

9) *Como era realizada a indexação de assuntos, quanto a palavras com forte sentido político ou moral?*

No meu trabalho de classificação na Biblioteca Pública, usávamos o catálogo sistemático de assuntos que o remetia com um índice alfabético de assuntos. Neste índice alfabético de assuntos, eu procurava usar cabeçalhos expressivos que os remetessem a uma classificação bem específica. Em certa ocasião, um bibliotecário norte-americano foi visitar a nossa biblioteca, mostrei-lhe o catálogo usado por nós, bem mais elaborado que o catálogo alfabético usado pelos norte-americanos. Ele não conseguiu entender o manejo do catálogo e ficou perplexo com certos índices como:

Imperialismo Norte-Americano : Miséria : América Latina
 América Latina : Dependência econômica : Estados Unidos
 Riqueza : Estados Unidos : Fome : Países Subdesenvolvidos
 E assim por diante.

10) *Havia algum tipo de restrição no processo de seleção de livros para aquisição?*

A restrição referia-se ao fato de certas obras serem impossibilitadas de circular, pois estavam censuradas pelos militares.

²² João Baptista da Silva Leitão de Almeida, mais tarde visconde Almeida Garret (1799-1854), foi um escritor e dramaturgo romântico, orador, Par do reino, ministro e secretário de Estado honorário português.

11) *Existia algum decreto, lei que determinava que a divulgação de livros e periódicos nacionais e importados em todo o país ficaria subordinada a verificação prévia da polícia federal?*

Não sei se existia algum decreto específico, mas acho que a censura estava inserida no Ato Institucional nº5, o terrível ato que terminou totalmente com as liberdades individuais, o Congresso fechado, perseguições a estudantes e milhares de pessoas presas e torturadas.

Para citar apenas alguns exemplos, o comunista Mário Alves²³ foi empalado, mas não denunciou nenhum dos companheiros. O professor Anísio Teixeira²⁴, que foi um elemento presente na criação da Universidade de Brasília, foi jogado do elevador e esmagado. Alguém fala nisso? Os criminosos foram presos? O que aconteceu foi que a anistia estendeu-se aos torturadores e criminosos. No Brasil, nenhum deles foi preso ou julgado. Quando os jornalistas da atualidade se referem aos ditadores, repetem com o máximo respeito: presidente Geisel²⁵, presidente Médici²⁶. Existem ruas e avenidas com o nome dos ditadores. É revoltante, indignante a inexistência de punição a estes tipos de crimes.

12) *A senhora chegou a esconder livros em casa ou em algum outro lugar para evitar que eles fossem apreendidos? Sabe de alguém que se utilizou desse subterfúgio?*

Interessante, a pergunta. Em 1964, eu e mais duas bibliotecárias organizávamos a biblioteca do Clube da Cultura, muito visado pelos órgãos de repressão. Por ocasião do golpe, tivemos o trabalho de retirar todas as obras consideradas “subversivas” e algumas até foram queimadas. Outro caso que foi bem conhecido é o do escritor Reynaldo Moura²⁷, esposo de Noah Moura, mulher de grande talento e inteligência, que trabalhou na Biblioteca Pública por mais de trinta anos. Pois bem! A sua casa foi invadida e, sem conhecimento nenhum do teor das obras, os militares retiraram livros, rasgaram e deixaram a biblioteca em petição de miséria. Até “A Capital”²⁸, obra de Eça de Queirós, foi retirada.

²³ Mario Alves de Souza Vieira (1923-1970), foi um político brasileiro, um dos fundadores do PCBR.

²⁴ Anísio Spínola Teixeira (1900-1971), foi jurista, intelectual, educador e escritor brasileiro.

²⁵ Ernesto Geisel (1907-1996), foi um general e político brasileiro, o quarto presidente do regime militar.

²⁶ Emílio Garrastazu Médici (1905-1985), foi um militar e político brasileiro, presidente do Brasil entre 30 de outubro de 1969 e 15 de março de 1974.

²⁷ Reynaldo Moura (1900-1965) foi jornalista, ensaísta, poeta e romancista, ainda escreveu crônicas e novelas.

²⁸ Romance do escritor português Eça de Queirós, publicado postumamente em 1925.

13) *De que modo a senhora percebia o comportamento dos demais colegas de profissão frente ao golpe militar de 1964?*

Esta pergunta é um tanto difícil de ser respondida, mas infelizmente entre os meus colegas de profissão grassava a indiferença, a total alienação dos fatos que ocorriam e até aquiescência com o golpe, como forma de evitar “o perigo comunista”.

14) *Qual foi o papel representado pela biblioteca universitária em um sentido geral, durante o regime militar de 1964?*

Não representou papel algum.

15) *Qual foi a reação, posicionamento do CRB (Conselho Regional de Biblioteconomia) diante do golpe militar de 1964?*

Não houve reação, como já era de se esperar.

16) *O que representou para a sua vida pessoal e profissional o golpe de 1964?*

Foi um golpe muito doloroso e decepcionante, pois em 1964, embora a situação fosse difícil, vivíamos em um clima de liberdade, com fins a uma transformação da sociedade. Vibrávamos com as denúncias de Brizola, embora eu não fosse brizolista, o presidente Jango, não socialista, mas com uma postura honesta e nacionalista e independente dos Estados Unidos. Suas propostas, “As Reformas de Base”²⁹, se concretizadas, o nosso país seria outro, segundo o parecer de Darcy Ribeiro³⁰ em suas “Memórias”. Mas os ianques não viam com bons olhos as medidas independentes tomadas pelo nosso governo. Agiram rapidamente e, com a aquiescência da nossa burguesia, da classe média, militares, católicos, desfecharam o golpe final. Perdemos totalmente nossa identidade cultural e nacional. Passamos a agir segundo as regras exigidas pelo país estrangeiro que liderou com avidez, todos os golpes na América Latina.

17) *Como a senhora vê e reflete hoje, as atitudes assumidas pela senhora na época?*

Não posso fazer uma autoanálise sem incorrer em erros, mas acho que procedi de acordo com as minhas ideias. Lutei o que pude, poderia ter feito mais, mas... Socialismo ou barbárie, foi o

²⁹ Foi o nome dado pelo 24º presidente do Brasil, João Goulart, às reformas estruturais propostas por sua equipe. Estas abrangiam os setores educacional, fiscal, político e agrário.

³⁰ Darcy Ribeiro (1922-1997), foi um antropólogo, escritor e político brasileiro que se preocupava com os índios e a educação do país.

que previram Marx e Engels³¹, caso não chegássemos ao socialismo. O mundo continua cada vez mais desigual, apenas movido pelos interesses econômicos e o terrorismo oficial, como a invasão no Iraque, no Afeganistão, a existência de Guantánamo, da Escola das Américas, de torturas, o massacre perpetuado pelos israelenses acobertados pelos Estados Unidos, contra os palestinos, são fatos internacionais que ocasionaram indignação, mas também aquiescência e conivência. Sob o pretexto de acabar com o “terrorismo de defesa”, segundo Chomsky³², praticam os atos mais bárbaros que a humanidade conheceu. Os problemas sociais (saúde, fome, educação) são relegados a um segundo plano e cedem espaço às novas tecnologias, usufruídas por uma minoria, de uma forma não inteligente e até pernicioso (para crianças especialmente). Segundo Daniel Bensaid³³, em sua obra “Os Irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente”, “Hoje, a nova onda de enclosures relativas aos serviços, ao conhecimento ou ao organismo vivo tem por corolário uma ofensiva capital contra toda as formas de garantias e de proteção social em matéria de salário, emprego, habitação, aposentadoria, educação e saúde pública. E em torno dessas questões que surge um novo divisor de águas entre uma esquerda alinhada e resignada ao acompanhamento do liberalismo e uma nova esquerda decidida a enfrentar os desafios de um novo século, no qual o que está em jogo é nada mais, nada menos do que saber que planeta queremos habitar e que humanidade queremos nos tornar”. Mas já Brecht³⁴, no século passado, exortava à humanidade o perigo da tecnologia sem finalidade humanitária. Em sua obra “Vida de Galileu”, ele diz: “Poderemos acaso nos recusar às massas e continuar a ser homens de ciência? Considero a única finalidade da ciência como consistindo em aliviar a fadiga da existência humana; se os homens de ciência, intimidados por detentores egoístas do poder, contentarem-se em guardar o saber pelo prazer do saber, a ciência não passará de uma pobre causa efêmera. Vossas máquinas só servirão para vossos tormentos. Com o tempo podereis descobrir tudo o que há para ser descoberto e no entanto vosso progresso vós afastará cada vez mais da humanidade. O abismo entre ela e vós pode tornar-se tal que, um dia ao vosso grito de alegria ante uma nova conquista, a resposta seja um grito de horror universal.”

³¹ Friedrich Engels, (1820-1895), foi um filósofo alemão que junto com Karl Marx fundou o chamado socialismo científico ou marxismo.

³² Avram Noam Chomsky, é um professor de linguística no Instituto de Tecnologia de Massachussets.

³³ Filósofo e líder do movimento trotskista na França.

³⁴ Eugen Berthold Friedrich Brecht (1898-1956), foi um destacado dramaturgo, poeta e encenador alemão do séc. XX.

ANEXO C – ROTEIRO GERAL DE PERGUNTAS

- 1) A senhora identifica mudanças na universidade e nas bibliotecas universitárias após o golpe de 1964?
- 2) Houve alguma orientação especial na universidade e na biblioteca que afetou a senhora como professora e bibliotecária?
- 3) Em que medida a senhora pode afirmar que houve cerceamento no trabalho de bibliotecária?
- 4) Qual era ou eram as suas estratégias de resistência frente aos atos dos militares?
- 5) Existia alguma lista com livros proibidos?
- 6) Como funcionava o acesso aos livros. O usuário tinha livre acesso ao acervo ou precisava solicitar o material desejado a(ao) bibliotecária(o)?
- 7) Como era percebida a ideologia comunista dentro da universidade?
- 8) Existia algum censor dentro da sala de aula ou biblioteca? Se existia, como era percebida a sua presença?
- 9) Como era realizada a indexação de assuntos, quanto a palavras com forte sentido político ou moral?
- 10) Havia algum tipo de restrição no processo de seleção de livros para aquisição?
- 11) Existia algum decreto, lei que determinava que a divulgação de livros e periódicos nacionais e importados em todo o país ficaria subordinada a verificação prévia da polícia federal?
- 12) A senhora chegou a esconder livros em casa ou em algum outro lugar para evitar que eles fossem apreendidos? Sabe de alguém que se utilizou desse subterfúgio?
- 13) De que modo a senhora percebia o comportamento dos demais colegas de profissão frente ao golpe militar de 1964?
- 14) Qual foi o papel representado pela biblioteca universitária em um sentido geral, durante o regime militar de 1964?
- 15) Qual foi a reação, posicionamento do CRB (Conselho Regional de Biblioteconomia) diante do golpe militar de 1964?
- 16) O que representou para a sua vida pessoal e profissional o golpe de 1964?
- 17) Como a senhora vê e reflete hoje, as atitudes assumidas pela senhora na época?